

Aconteceu

Rio Maria tem feriado de protesto contra violência

João Roberto Ripper/Imagens da Terra



Ato público contra a violência em Rio Maria

A cidade de Rio Maria (PA) teve um feriado diferente no dia 13. Sem festa, foi celebrado o dia municipal

contra a violência e a impunidade, na região onde 17 pessoas foram assassinadas em nove anos. (página 7)

Primeiro ano do governo Collor é desaprovado pela maioria

Ao completar seu primeiro ano, o governo Collor foi desaprovado por 69% dos paulistanos e cariocas, contra apenas 29% de aprovação. Segundo o Gallup, o resultado é devido ao fracasso do plano econômico, conde-

nado por 75% dos entrevistados. Collor agora faz acordos com velhos "inimigos", como o ex-presidente Sarney, que condicionou seu apoio no Congresso à retomada da construção da ferrovia Norte-Sul. (página 3)

IPU repudia pena de morte

A Igreja Presbiteriana Unida divulgou um documento em que repudia o projeto de regulamentação da

pena de morte no Brasil. A emenda, do deputado Amaral Neto (PDS-RJ), deve ser votada este mês. (página 9)

Universidade Popular é inaugurada no RJ

Promover a educação de base universitária não formal é o objetivo da Universidade Popular da Baixada Fluminense, idealizada há 25 anos por dom Adriano Hypólito e inaugurada em Nova Iguaçu no dia 9. (página 15)

Governador apóia garimpeiros em RR

O governador de Roraima, Otomar de Souza Pinto, impediu a retirada de garimpeiros de terras Yanomami e entrou em confronto com a Polícia Federal. Romeu Tuma quer resolver o assunto na Justiça. (página 11)

Lago de Tucuruí causa ataque de insetos

A cidade de Tucuruí (PA) foi atingida por milhões de mosquitos e está em estado de emergência. O ataque dos insetos é resultado do desequilíbrio ecológico provocado pela formação do lago de uma hidrelétrica. (página 4)

Recessão e desemprego são recorde em 1990

No ano passado o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atingiu sua pior marca desde 1947: 4,6% negativos. 1990 foi um ano ruim também para a produção agrícola e para o desemprego, que atingiu quase 1 milhão de trabalhadores. (página 2)

Nesta edição, veja
Suplemento sobre
a Guerra no Golfo

Recessão de 90 foi a maior em 44 anos

O Produto Interno Bruto (PIB) de 1990 registrou queda de 4,6%, a maior desde 1947, quando a Fundação Getúlio Vargas (FGV) começou a calcular o PIB (a segunda maior queda, de 4,26%, foi registrada em 81). Em 1990, portanto, os brasileiros viveram a pior recessão de que se tem notícia e a economia do país ficou 4,6 menor que a de 1989. A produção total somou Cr\$ 35,6 trilhões (valor médio de 90), inferior ao que o país produziu entre 87/89, embora a população tenha crescido de 138 milhões para 150 milhões de habitantes nesse período.

Com o resultado do PIB, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou uma renda per capita de Cr\$ 236.924 (também valor médio do ano), com queda de 6,54%, maior do que a do PIB e também recorde desde 1947. Isso significa que na média o brasileiro ganhou quatro salários mínimos mensais (Cr\$ 63.581, valor atual) no ano passado, incluindo

do aí não só a população economicamente ativa, mas todos os habitantes.

Avalia-se que a concentração de renda se agravou em 1990, piorando o quadro observado em 1989, quando 48,6% da população economicamente ativa ganhava até dois salários mínimos, enquanto apenas 5% (os mais ricos) se apropriaram de 40% da renda produzida pelo país, segundo dados do IBGE. A taxa negativa de 4,6% para o PIB de 90 é ainda maior do que a estimativa de 4,3% divulgada em janeiro último. O resultado mais dramático coube à indústria, que registrou queda de 8,62% enquanto a produção agropecuária caiu 4,41 e o setor de serviços acusou declínio de apenas 0,71%.

O IBGE atribui o péssimo desempenho da economia brasileira "ao conjunto de medidas do governo que visavam à estabilização econômica e à introdução de reformas de caráter estrutural". (*O Estado de S. Paulo*, 09/03/91).

Crise leva brasileiro a comer menos

A produção nacional de grãos caiu 18,64% no ano passado, em relação à safra anterior. Ao mesmo tempo, a população cresceu 2,01%. Resultado: mesmo com a importação de alimentos, cada brasileiro comeu em média menos do que havia comido em 89. Para 91, a expectativa é péssima.

A demora na liberação do crédito aos agricultores, no ano passado, e os problemas climáticos dos últimos meses devem manter a produção de grãos em nível insuficiente para abastecer a população. De uma colheita de 58 milhões de toneladas na safra 89/90, devemos passar agora para algo próximo a 60 milhões de toneladas contra a previsão inicial de 65 milhões de toneladas.

"Com as estimativas de quebra de safra, o que se pode esperar é uma alta real dos preços", avisa o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio Ernesto Salvo. (*Folha de S. Paulo*, 17/03/91)

Desemprego atinge 920 mil em 1990

Quase um milhão de trabalhadores brasileiros perderam lugar no setor formal da economia (aquele em que o empregado tem carteira assinada) durante o ano passado. Segundo o Ministério do Trabalho, houve uma queda de 3,99% no total de empregos, o que representou a eliminação de 922.732 postos de trabalho.

O significado desses números pode ser dimensionado por uma única informação: o Brasil deveria ter criado em 1990, conforme estimativa do governo, no mínimo 1,5 milhão de empregos apenas para absorver os jovens que tentam se incorporar a cada ano ao mercado de trabalho. Aconteceu algo bem diferente, o mercado formal de trabalho encolheu. Somente na Grande São Paulo, conforme o Dieese, o total de desempregados passou de 544 mil em dezembro de 1989, para 789 mil em dezembro de 1990. (*Folha de S. Paulo*, 17/03/91)

Aconteceu

Nº 562

21 de março a 4 de abril de 1991

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-6713
Fax: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Editor

Bernardete Toneto
MTb 14.350

Editor de arte

Flávio Irala

Editores assistentes

Ângela Galvão
Beatriz de Moraes Vieira
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação

Beatriz Araújo Martins

Diagramação

Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação

Alfredo Coelho

Fotolitos e Impressão

Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual

Cr\$ 1.000,00

Assinatura de apoio

Cr\$ 1.400,00

Assinatura exterior

US\$ 50

Maioria desaprova primeiro ano de Collor

O desempenho do governo Collor é desaprovado por 69% dos paulistanos e cariocas. Apenas 28% aprovam o governo. No Rio, a popularidade de Collor é ainda mais baixa: 35% dos cariocas o consideram um "péssimo" presidente da República e 13% classificam de "mau" seu desempenho, enquanto em São Paulo os números são respectivamente de 14% e 19%. Esses índices constam de pesquisa sobre o primeiro ano do governo realizada pelo Instituto Gallup, no início de março, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O Data-Folha, por outro lado, mostra que 34% dos entrevistados acham o governo ruim e péssimo e 40%, regular.

O presidente Collor é "ótimo" só para 4% dos entrevistados e "bom" para 24%. Segundo o Gallup, o alto índice de desaprovação do governo Collor parece estar sendo muito influenciado pelos maus resultados das

medidas econômicas divulgadas no final de janeiro. Para 75% das pessoas em São Paulo e no Rio, o Plano Collor 2 está dando errado. Ao contrário da consulta sobre a popularidade de Collor, o pessimismo dos paulistanos, no caso do Plano, supera o dos cariocas. Somente 18% dos paulistanos afirmam que o Plano está dando certo, contra 22% dos cariocas.

Com perguntas específicas que comparam o governo Collor ao governo Sarney, o Gallup concluiu que o ponto da atual administração está mesmo na economia. Todas as perguntas relativas ao desempenho do governo na área econômica apresentaram percentuais negativos e 57% das pessoas dizem que a situação econômica do país piorou. Para a grande maioria dos entrevistados, os salários foram achatados (87%), continua grande a diferença entre ricos e pobres (84%) foram reduzidas as oportuni-

des de trabalho (82%). O poder aquisitivo da população diminuiu na opinião de 68%.

A avaliação do Gallup sobre a pesquisa com 1.229 pessoas é taxativa: "Em comparação com a situação econômica deixada pelo governo Sarney, o governo Collor não é visto como tendo obtido bons resultados no seu primeiro ano". Como prova de impacto negativo dos resultados econômicos, as opiniões favoráveis ao governo não conquistaram sequer a metade dos entrevistados. Assim, 40% acham que Collor conseguiu estabilizar a inflação, 32% apontam aceleração do desenvolvimento econômico, e 31% atribuem ao governo a redução do número de greves. Entretanto, 66% afirmam que as greves continuaram e 57% vêem redução no desenvolvimento econômico. (*Jornal do Brasil*, 14/03/91; *Folha de S. Paulo*, 15/03/91)

Norte-Sul sela acordo de Collor com Sarney

O presidente Collor decidiu, após o encontro com o senador José Sarney (PMDB-AP), retomar a construção da ferrovia Norte-Sul. O deputado Sarney Filho (PFL-MA) afirmou na Câmara que a conclusão da ferrovia é uma das condições para o "entendimento nacional". O governo decidiu ainda que o Banco do Brasil vai liberar US\$ 50 milhões anuais para incentivar o plantio de grãos no trecho de 107 quilômetros entre Açailândia e Imperatriz (MA), o único concluído. O objetivo é elevar o volume de carga para garantir a viabilidade econômica da estrada.

Na Câmara, Sarney Filho anunciou que a bancada liderada pelo ex-presidente José Sarney, entre 40 e 70 deputados, vai votar com o governo contra a proibição de reedição de medidas provisórias.

Dos 1.570 km projetados entre Luziânia (GO) e Açailândia (MA), só 107 km estão concluídos. Esse trecho custou ao governo US\$ 170 milhões. O restante custará US\$ 2 bilhões. (*Folha de S. Paulo*, 19/03/91)

Provas da repressão são encontradas em Recife

Depois de dois meses vasculhando os arquivos da Secretaria de Segurança de Pernambuco, a Comissão Nordeste dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos no Regime Militar chegou no dia 8 ao local onde foram enterrados cinco militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), assassinados no dia 8 de janeiro de 1973, na Granja São Bento, no município de Paulista (a 15 quilômetros da capital). Os cinco foram enterrados no Cemitério da Várzea (Zona Norte da capital), com registros de identidade desconhecida. Após confrontarem a data da morte, o sexo, a idade e a procedência dos corpos enterrados como indigentes, a comissão não teve dúvidas de que se tratava dos militantes da VPR. Na visita feita ao cemitério, o coveiro Otoniel Soares da Silva confirmou inclusive as covas onde eles foram sepultados. "Era aqui que estavam os terroristas", apontou, assustado, Otoniel, que trabalha desde 1955 no Cemitério da Várzea. "Passei duas

ou três noites vigiando estas covas com espingarda, para que não tirassem os corpos", recordou o coveiro.

Fichas — "Assumiu o governo de Pernambuco e organizou seu secretariado com auxiliares imediatos, quase todos vermelhos e esquerdistas". Este é apenas um dos relatos que constam do extenso prontuário do ex-governador Miguel Arraes no Dops. Depois de mais de 50 anos nas mãos dos órgãos de segurança e repressão, toda a documentação do Dops será incorporada agora ao acervo do arquivo público estadual.

Entre a documentação estão os prontuários de muitas outras lideranças de esquerda em Pernambuco, como o deputado federal Roberto Freire, o ex-prefeito de Recife Jarbas Vasconcelos e o legendário líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Inclui relatórios sobre as passagens por Recife dos militantes da VPR Augusto Mariguela e Carlos Lamarca. (*Jornal do Brasil*, 08-09/03/91)

Tucuruí enfrenta ataque de insetos

O ataque de milhões de mosquitos do gênero *Mansonia titilis*, conhecidos por muricocas, obrigou o prefeito de Tucuruí, no Pará, José Soares do Couto Filho (sem partido), a decretar estado de emergência no município. A nuvem de insetos é resultado do desequilíbrio ecológico provocado pela formação do lago da hidrelétrica local. A decretação do estado de emergência em Tucuruí foi anunciada durante o Congresso dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, que termina hoje em Brasília.

Tucuruí às margens do rio Tocantins, onde foi construída uma das maiores usinas hidrelétricas do país,

com um lago de 2.830 quilômetros quadrados. A população atingida pelos mosquitos corresponde a cerca de 2.000 famílias, assentadas após o enchimento do lago, entre 1983 e 1984. De setembro e dezembro de 1989, uma comissão de estudos indicada pela Eletronorte e composta por cientistas e técnicos de entidades ambientalistas e representantes de sindicatos de trabalhadores rurais estudou a proliferação de insetos em Tucuruí. O relatório indica que "grande parte do problema poderia ter sido evitado se fossem acatadas as recomendações do meio científico antes da formação do lago. Segundo ambientalistas,

essa área teria de ser desmatada previamente.

O governo federal concedeu à Capemi licença para explorar a madeira que ficaria sob a água. Além de a empresa não ter cumprido o contrato, houve denúncias de favorecimento e irregularidades. O lago acabou sendo formado sem o desmatamento da área. Anos depois, foi autorizado o corte das árvores submersas. Hoje, com a redução do nível da água, cada tronco que aparece à superfície se presta para a formação de verdadeiras ilhas de plantas aquáticas, em cujas raízes se criam as larvas do mosquito. (O Estado de S. Paulo, 14/03/91)

Nos canaviais, um inferno ecológico

Preocupado com as queimadas na zona canavieira de São Paulo a partir de abril — quando se inicia a safra da cana — um grupo de promotores públicos, ecologistas, técnicos e oficiais da Polícia Florestal está se antecipando para impedir a volta da poluição que, segundo as pesquisas, se alastra por todo território paulista.

O plano é assegurar pelo menos o cumprimento de um decreto estadual que proíbe a queima da cana num raio de um quilômetro das cidades.

A estratégia foi aprovada numa reunião, no sábado, em Sertãozinho, região de Ribeirão Preto, a maior zona canavieira do país, e prevê desde campanhas educativas locais e nacionais até pesadas multas e processos na justiça comum por crime ecológico para pressionar os usineiros e os plantadores de cana. "A proibição apenas nessas áreas não resolve nada, mas será a primeira etapa da luta, afirmou o promotor de Sertãozinho, Marcelo Pedrosa Goulart, que lidera o movimento.

A proibição da queima de canaviais está em vigor desde 1965 e foi regulamentada onze anos depois, em São Paulo, através de um decreto estadual. Em 88, o governador Orestes Quercia foi pressionado pelos ecologistas e pelas donas de casa — que reclamam da fuligem negra pro-

vocada pelas queimadas — a baixar um novo decreto proibindo as queimadas. Mas, menos de um mês depois, acuado por usineiros e por alguns sindicalistas, voltou atrás e as liberou um quilômetro depois do perímetro urbano.

A polêmica ganhou novos contornos no ano passado com a divulgação de uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos. Ela mostrou que os efeitos graves das queimadas não se limitam apenas às razões canavieiras, mas chegam a atingir regiões industrializadas, como São José dos Campos. Acontece também um aumento dos níveis de ozônio, monóxido de carbono e gás carbônico, prejudiciais tanto à agricultura como a população.

Na estação chuvosa, entre março e abril, quando não há queimadas na região, o ozônio fica em torno de 30 partes por bilhão (PPB), bem abaixo das 80 verificadas em setembro, no pico da safra. O mesmo ocorre com o monóxido de carbono, que salta de 100 PPB para 600. Quando se forma na baixa atmosfera, o ozônio prejudica o crescimento das plantas e o sistema respiratório dos animais.

O gerente da Cetesb em Ribeirão Preto, João Álvares da Costa, lamenta não existir até agora pesquisa para detectar os males causados à saú-

de. O que há de concreto são as constatações dos médicos que atestam um crescimento no número de pacientes. Na Santa Casa de Ribeirão Preto, por exemplo, os casos de alergia e doenças respiratórias cresceram 60% na estação seca, o dobro do que é registrado em cidades mais distantes dos canaviais.

A polêmica em torno do assunto é tão grande que divide até os sindicalistas do campo. Os presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetaesp), compartilham da opinião dos usineiros de que a queimada é um mal necessário.

Os empresários acreditaram que só a mecanização poderá solucionar o problema, mas acenam com o desemprego de boa parte dos 400 mil bóias-frias que participam do corte anual. Em regiões mais desenvolvidas como Ribeirão Preto — 650 mil hectares de cana, o que significam 1,1 bilhão de toneladas de monóxido de carbono, 217 mil de hidrocarbonetos, 162 mil de partículas e 22 mil de óxidos de nitrogênio — a mecanização em torno de 20%, não ajudou: todas as 53 milhões de toneladas de cana continuam a ser queimadas para facilitar o trabalho das máquinas e aumentar o teor de sacarose. (Jornal da Tarde, 11/03/91)

Cetesb divulga 1ª lista das empresas que mais poluem o rio Tietê

A agência ambiental de São Paulo, a Cetesb, divulgou a relação das empresas que poluem o rio Tietê. As empresas que mais lançam carga inorgânica no rio São Mangels Tratamento de Superfície S.A. (172,5 quilos por dia), Campanha Nitro Química Brasileira (123,9 kg/dia), Lanificio Capricórnio (116,2 Kg/dia), Irsan Galvotécnica Ltda (95,9 kg/dia) e a Axios Produtos de Elastômeros (74 kg/dia).

As empresas que mais lançam carga orgânica são, pela ordem, Vigor S.A., Fábricas de Produtos Alimentícios (38,3 kg/dia), Refinadora de Óleos Brasil S.A. (30,9 kg/dia), Rhodia S.A. Divisão Química (21,7 kg/dia), Spal Industrial Brasileira de Bebidas S.A. (14,9 kg/dia) e Manikraft Guaiunazes Indústria de Celulose e Papel (14,3 kg/dia).

Após concluir a primeira etapa do programa, iniciado em setembro do ano passado, com o cadastramento das indústrias mais poluidoras, o engenheiro Eduardo San Martin, diretor de controle ambiental da Cetesb, anunciou para o próximo mês de maio o diagnóstico preliminar completo da região metropolitana de São Paulo. Estará então concluída a amostragem das 2.179 indústrias selecionadas pela agência ambiental por terem sido consideradas prioritárias na análise da poluição do rio Tietê.

Até agora, foram vistoriadas 1.623 indústrias, 74,5% do total previsto inicialmente. A Cetesb ocupa-se por ora em exigir que as indústrias tratem seus esgotos antes de lançá-los aos rios ou à rede coletora. (*Gazeta Mercantil*, 13/03/91)

ECO - 92

Sem transferência não vai dar

Roberto Smeraldi da organização ambientalista Friends of the Earth e presidente do Comitê Preparatório Internacional das ONGs, disse que a Conferência da ONU em 92 poderá ser um fracasso. Segundo ele os países desenvolvidos não querem transferir recursos para o Terceiro Mundo preservar o meio-ambiente. "Não será possível convencer os países pobres a assinarem acordos que antecipadamente sabemos que não sairão do papel por falta de instrumentos para cumpri-los (*O Globo*, 16/03/91).

Imagem oficial

O governo prepara um trunfo para tentar se livrar da imagem de vilão ecológico na 2ª Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. A SAE, Secretaria de Assuntos Estratégicos, pretende concluir a primeira fase do Zoneamento Ecológico da Amazônia, juntando num documento informações que vão do potencial de aproveitamento do sub-solo à localização das áreas indígenas, além da definição das principais características biológicas da floresta. Será elaborado um mapa consolidando informações que estão espalhadas em vários órgãos públicos. A SAE está fazendo gestões para atrair governadores da região e membros da Frente Parlamentar da Amazônia.

Futuros projetos na região estarão condicionados à liberação do Departamento de Macro-Estratégia da SAE. O presidente Collor deverá apresentar a conclusão da primeira etapa do programa em 92. (*O Estado de S. Paulo*, 12/03/91)

Empresários

Um lobby de empresários de vários países, entre eles o Brasil, está se articulando para influenciar as decisões da ONU em 92 em torno de uma carta de princípios. A articulação passa pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentado (CEDS), presidido pelo industrial suíço Stephan Schmidheiny, que assessorará o secretário-geral da conferência da ONU, Maurice Strong.

Em seminário realizado no Rio, os empresários anunciaram que questionarão a tese defendida pelo secretário do Meio Ambiente, Lutzemberger, de frear o desenvolvimento.

Empresários madeireiros do Pará defenderam a derrubada das florestas para plantio e criticaram a defesa do extrativismo na Amazônia. Segundo Nelson Ribeiro, da Federação das Indústrias do Pará, "para evitar uma falsa devastação ecológica, querem a devastação econômica da região".

Essa posição teve apoio do diretor do INPE, Márcio Barbosa, pois as pesquisas do instituto sobre desmatamento na Amazônia revelam que, mesmo completo, "traria pouquíssima alteração climatológica: talvez em grau de temperatura" (*Folha de S. Paulo*, 09 e 18/03/91)

Nova revista

A Editora Terceiro Mundo lançou no início de março o primeiro número da revista mensal *Ecologia e Desenvolvimento*, na onda "riomania" da ECO-92, emoldurada por vários anúncios da Prefeitura do Rio e impressa a quatro cores em papel couchê 90 gramas.

Greenpeace denuncia tráfico de lixo tóxico

O grupo ambientalista Greenpeace afirma que o Primeiro Mundo quer transformar o Terceiro Mundo em depósito de resíduos industriais tóxicos. O último informe do grupo lembra que em 1990 empresas da Alemanha Ocidental tentaram levar pelo

menos 1,2 milhões de toneladas de resíduos para oito países da América Latina. A entidade calcula que, desde 1986, países industrializados destinaram mais de 10 milhões de toneladas de lixo tóxico a países pobres com poucas medidas de proteção ambiental.

Mas, a quantidade descarregada no Terceiro Mundo pode ser muito maior. Segundo o grupo, a tendência tem sido encobrir a exportação dos produtos, classificando-os como "material para reciclagem ou aproveitamento energético". (*O Globo*, 02/03/91)

Plano Collor 2: a economia a caminho do descontrole

Este artigo buscará apontar, em breves pinceladas, algumas das principais medidas do novo plano econômico em relação à agricultura.

Começemos pelo *tarifaço*. O aumento médio de 50% das tarifas públicas e combustível atingirá fortemente a agricultura em razão de boa parte dos insumos agrícolas utilizados serem derivados do petróleo, assim como a conseqüente majoração do preço dos fretes. Este aumento dos custos agrava-se com os efeitos do *congelamento* de preços que atinge a época de colheita (março/abril). O produto mais atingido, entretanto, será o leite. Os produtores pleiteavam, antes do pacote, um aumento de 30% no pagamento ao produtor, bloqueado pelo governo.

Para a população em geral os efeitos dessa conjuntura poderão ser graves: o governo possui baixos estoques reguladores, principalmente no que diz respeito ao feijão e arroz. Como se sabe, o governo armazena produtos primários básicos — os chamados estoques reguladores — para desová-los em época de alta de preços ou desabastecimento, regulando

o preço e a oferta do mercado. Com estoques reguladores baixos e aumento dos custos de produção, poderá haver desabastecimento de alimentos no primeiro semestre, propiciando o jogo das especulações de estoques. O período crítico será maio/junho, quando boa parte da safra já terá sido comercializada.

O artigo 38 da MP 294 (que introduz o plano) revoga ainda o crédito-equivalência, com o qual a correção das dívidas dos produtores acompanharia o preço do produto financiado a pequenos e médios produtores. Tal medida, que restringe o financiamento dos produtores é seguido ainda pela definição da Taxa Referencial de Juros (TR) como indexador dos empréstimos. Caso à taxa do TR forem cobrados juros de 9% a 125 a.a., os pequenos produtores serão duplamente penalizados.

É importante lembrarmos ainda que diversas entidades reivindicavam 9 bilhões para AGF e EGF, para custeio da safra da seca, que com o pacote podem estar comprometidos. Por fim, vale lembrar que os produtores de algodão, café, laranja e cana-

de-açúcar podem ter seus prejuízos do ano passado acrescidos com o novo pacote.

Para os assalariados rurais as possibilidades também são negras: as novas data-base pegam em cheio o período de entressafra de importantes culturas, principalmente no nordeste, quanto o índice de emprego rural é baixo e o poder de barganha diminui. Os salários, inclusive, foram congelados em valor equivalente a 65% do salário de 1985. Com o desabastecimento e sem alternativas seguras, podemos estar caminhando para o perigo da hiperinflação, onde os investidores e empresários buscarão o dólar como indexador da economia.

Percebe-se, portanto, que o Plano Collor 2 caminha na corda bamba. Se a sua duração for breve, poderá conter temporariamente a expectativa de alta inflacionária, mas resultará efêmero o momento seguinte. Se perdurar, poderá agravar ainda mais a situação, já crítica, dos assalariados, dos pequenos e médios produtores rurais. Enfim, mais um pacote. (*Rudá Ricci/ABRA*, fevereiro 1991)

Colonos saem em passeata e pedem crédito

Os 2.500 colonos sem-terra e pequenos proprietários que estavam acampados há três dias no trevo entre as BRs 158 e 285, em Parambi, na região norte do Rio Grande do Sul, em protesto pela indefinição de uma política agrícola, terminaram no dia 9 de março a manifestação

com uma caminhada até o centro da cidade, numa distância de cinco quilômetros.

Além de definir uma pauta de reivindicações a ser entregue ao governo federal, decidiram que se até o dia 8 de abril não forem atendidos, poderão reiniciar os protestos, bloque-

ando estradas e até invadindo bancos.

Entre diversas reivindicações, os colonos exigem a liberação de um crédito agrícola para os pequenos produtores, além de um crédito emergencial de 10 salários mínimos para todas as famílias atingidas pela seca. (*Jornal do Brasil*, 09/03/91)

Atingidos por barragens fazem encontro nacional

De 12 a 14 de março realizou-se em Brasília o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens. Delegados de todo o país discutiram as atuais políticas energética e agrícola (irrigação) e seus efeitos sobre os trabalhadores rurais e meio ambiente. Ao final do encontro foi criado o Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Seca derruba produção de soja e milho no Sul

Após três meses ininterruptos de seca total e já com 133 cidades em estado de emergência ou calamidade pública, as perdas com as lavouras de soja e milho preocupam os agricultores gaúchos. A estiagem que castiga o estado do Rio Grande do Sul é a pior dos últimos 10 anos. A área atingida pela seca é muito ampla,

abrangendo o Alto e o Médio Uruguai, o Planalto Médio e a Região das Missões, justamente as áreas de maior produção agrícola do estado. Na região mais fértil do Rio Grande do Sul, o Alto Uruguai, as perdas já atingem mais de 70% da safra de soja e em torno de 40% da colheita prevista de milho. (*O Globo*, 17/03/91)

Rio Maria vive dia de protesto e denúncia

Em Rio Maria o último dia 13 foi feriado. Quebrando a tradição, não foi um dia de festa. O feriado foi de denúncias e protesto, marcando o dia municipal contra a violência e a impunidade na cidade, onde de 1982 até agora foram assassinadas 17 pessoas — sindicalistas e lavradores, 5 delas nos últimos 11 meses.

Na Escola Estadual Senador Cateete Pinheiro, uma comissão de deputados estaduais e federais, representantes do Ministério Público e do Ministério da Justiça, dividiu-se em oito subcomissões e ouviu mais de 40 depoimentos de parentes de vítimas e sobreviventes de atentados. Essa comissão redigiu um documento com 19 itens. Entre as propostas para acabar com a onda de violência no sul do Pará, estão a desapropriação de

quatro grandes fazendas da área — as fazendas Suaçi, Vale da Serra, Santa Helena e Nazaré. Esta última é de propriedade de Jerônimo Alves da Silva, denunciado na justiça como mandante do assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, presidente do STR de Rio Maria, no dia 2 de fevereiro. Também ficou acertada a instalação de Comissões parlamentares de Inquérito Estadual e Federal na região.

À tarde, no centro da cidade — enfeitado com faixas pedindo justiça pelas mortes e também com outras, dos fazendeiros, lembrando que a propriedade privada é um direito constitucional — realizou-se um ato público, que contou com a presença de representantes de partidos, da Igreja, da CUT, de entidades e da

Procuradoria-geral da República, entre outros.

Ao retornar de Rio Maria, o subprocurador-geral da República, Alvaro Augusto Ribeiro Costa, convencido de que as autoridades locais estão tratando com descaso a onda de violência contra lavradores e sindicalistas, sugeriu em seu relatório a intervenção federal no município e pediu proteção à vida de oito pessoas “marcadas para morrer”, entre elas o padre de Rio Maria, Ricardo Rezende Figueira, e três sindicalistas. O relatório já está no Ministério da Justiça, com a recomendação da Procuradoria-geral da República de que seja adotado urgentemente. (*Folha de São Paulo*, 14/03/91 e 17/03/91; *Jornal do Brasil*, 14/03/91 e 17/03/91; *O Globo*, 17/03/91)

Lavradores ocupam praça em Porto Alegre

A Praça da Matriz, palco em agosto do ano passado de um conflito entre soldados da PM e colonos que resultou em um morto e 80 feridos voltou no dia 18 de março a ser ocupada pelas barracas dos sem terra. Eles reivindicam atendimento previdenciário, reforma agrária, crédito para enfrentar a estiagem e garantia de assentamento para os pequenos agricultores que serão atingidos pela construção de barragens no Rio Uruguai. (*O Globo*, 18/03/91)

Condenado mais um acusado no caso Lan

O sitiante José Cordeiro, o *Zé Florzinha*, um dos quatro acusados pelo assassinato do líder rural Sebastião Lan, em junho de 1988, na rodovia Amaral Peixoto (RJ), foi condenado no dia 9 de março a 14 anos de reclusão mais o pagamento das custas do processo. O assistente da promotoria considerou a pena reduzida e anunciou que irá apelar, embora, de maneira geral, o resultado do julgamento tenha sido do agrado dos parentes de Lan. (*Jornal do Brasil*, 09/03/91)

Sindicalista sofre atentado em TO

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sítio Novo, no Tocantins, José Alves de Souza, de 37 anos, foi vítima de um atentado a bala na noite do dia 7 de março. O sindicalista é conhecido por sua atuação em conflitos de terra na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado. Souza foi submetido a uma cirurgia, passa bem e agora pede proteção à polícia. Três tiros de revólver e espingarda o atingiram na mão esquerda, nas duas pernas e nádegas. Os fazendeiros Fausto Ro-

drigues e Edson Pontes e o peão conhecido como *Chico Trator* são apontados como suspeitos do crime pela polícia.

José Alves está marcado para morrer há 11 anos, desde que se tornou um dos líderes do movimento para a conclusão da desapropriação do projeto Sítio Novo, iniciada em 1985. Neste ano, José Alves foi vítima de um primeiro atentado, quando pistoleiros profissionais tentaram assassiná-lo, mas erraram o alvo. (*O Estado de S. Paulo*, 12/03/91)

Líder rural morre em acidente na PB

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande (PB), Maria da Penha Nascimento Silva, 44 anos, morreu no dia 16 de março no Hospital João 23, em Campina Grande (a 120 quilômetros de João Pessoa), onde foi internada depois de sofrer um acidente automobilístico na BR-230. Maria da Penha integrava a lista de 12 líderes rurais marcados para morrer, divulgada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ela vinha recebendo constantes ameaças e seus colegas de sindicato con-

sideraram o acidente suspeito. A professora Elizabeth Lobo Garcia, de 47 anos, que ensinava sociologia na USP e na Unicamp e estava com Maria da Penha, morreu na hora.

Além da suspeita de atentado, sindicalistas de Campina Grande desconfiam que tenha havido negligência médica no tratamento de Maria da Penha, que era a testemunha mais importante no julgamento do assassinato da líder rural Margarida Alves, marcado para o próximo dia 21. (*Jornal do Brasil*, 17/03/91)

Igreja Católica mobiliza-se para discutir 'seitas'

O papa João Paulo 2º discutirá com cardeais de todo o mundo, em abril, o crescimento das "seitas" e a diminuição do número de católicos em regiões como a América Latina e a Europa. O assunto também deverá ser debatido pelos bispos brasileiros, na 29ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre os dias 10 e 19 de abril, em Itaici, município de Indaítuba (SP).

O Conselho Permanente da CNBB apresentará uma avaliação das várias propostas sobre o tema para serem debatidas pelos bispos em Itaici. O Conselho reúne a presidência, os oito bispos da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e os representantes das 16 regionais da CNBB no país. As propostas também deverão ser encaminhadas à Roma. Elas foram apresentadas no 1º Seminário Nacional sobre Seitas, realizado em janeiro, promovido pelo setor de Ecumenis-

mo da CNBB. O objetivo foi estudar as razões que levam a Igreja Católica a continuar perdendo fiéis para as igrejas pentecostais e novos movimentos religiosos.

Um estudo do padre Jesús Hortal, diretor do Departamento de Teologia da PUC do Rio de Janeiro, mostra que a presença da Igreja Católica no Brasil se reduziu em 10 pontos percentuais entre 1940 e 1990. Há 50 anos, 95% da população se declarava católica, segundo o IBGE. Hoje, este índice foi reduzido para 85,9%, segundo pesquisa não divulgada oficialmente, à qual Hortal disse ter tido acesso. O Brasil conta com 153 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE em julho de 1990.

Pastores da Igreja Assembléia de Deus (do ramo pentecostal tradicional) estimam em 30 milhões o número de seus adeptos no Brasil. A Igreja Universal do Reino de Deus (do ramo pentecostal autônomo) fala em

dez milhões de seguidores. A Assembléia de Deus é considerada a maior entre as igrejas evangélicas no país. A Universal do Reino de Deus é a igreja que mais cresceu no Brasil nos últimos anos.

O padre Jesús Hortal disse que as igrejas tendem a "aumentar desmesuradamente o contingente de seus seguidores". Para ele, nenhum dos levantamentos estatísticos "corroboram estes dados".

As igrejas pentecostais, os cultos afro-brasileiros e religiões orientais estão incluídas de maneira geral, no bloco das chamadas "seitas", que crescem a cada dia e assustam a Igreja Católica. Segundo o IBGE, o número de evangélicos no país em 1890 correspondia a 1% da população brasileira. Em 1980, chegou a 6,8%. Hoje, este índice atinge em torno de 8% da população, de acordo com as estimativas do padre Hortal. (Folha de S. Paulo, 27/02/91)

Vaticano intervém na Clar

O Vaticano irá escolher, de uma lista de dez nomes, os novos dirigentes da Confederação Latino-Americana de Religiosos (Clar). A Clar é um organismo que representa 160 mil religiosos (de congregações masculinas e femininas) na América Latina. Sua linha de ação é considerada "progressista".

A Santa Sé interveio na Clar, alegando ter recebido reclamações de bispos latino-americanos. As divergências entre a Clar e o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) estavam se dando num processo crescen-

te. Elas se agravaram após a publicação do projeto de pastoral bíblica "Palavra-Vida", elaborado para a comemoração dos 500 anos de evangelização da América Latina. Para os setores "conservadores", esse projeto assemelhava-se a um instrumento de "doutinamento ideológico". O projeto "Palavra-Vida" propôs uma releitura da Bíblia "a partir da ótica do pobre". Ele motivou a ameaça de punição ao biblista brasileiro Carlos Mesters, um dos autores.

As relações da Clar com Roma se agravaram ainda mais em 1989.

O Vaticano não aceitou a indicação da irmã Manuelita Charria para a Secretaria Geral do organismo e impôs a indicação do colombiano Jorge Gimenez.

A Clar realizou sua 11ª assembléia geral entre os dias 18 e 28 de fevereiro, na cidade do México. A assembléia iria eleger uma nova presidência. Por imposição da Cúria Romana, os 75 delegados de 25 conferências episcopais da América Latina puderam apenas indicar nomes para compor a lista. (Folha de S. Paulo, 10/03/91)

Presidente Collor é praga do diabo

Para enfrentar uma grave crise financeira e pagar, até 22 de abril, uma dívida trabalhista de cerca de Cr\$ 1 bilhão, a Igreja Universal do Reino de Deus lançou no Rio a "Operação Salmo 91", que visa arrecadar pelo menos Cr\$ 3 bilhões até o próximo dia 10. Para isso a direção da igreja está distribuindo em todos

os templos envelopes, que deverão ser devolvidos contendo um fio de cabelo do adepto, acompanhado de uma nota de Cr\$ 5 mil. As igrejas nos demais estados também serão alvo da operação.

Além de Brizola, acusado de ter um pacto com Satanás, os pastores passaram a incluir o Collor co-

mo uma das "oito pragas do Diabo" que atormentarão os que não contribuírem. É que Collor, que na campanha recebeu apoio maciço da Igreja Universal, é apontado como um dos causadores dos problemas financeiros atuais, devido bloqueio de seus cruzados pelo primeiro plano econômico. (Jornal da Tarde, 06/03/91)

Pena de morte, não!

A Igreja Presbiteriana Unida (IPU) divulgou um documento de repúdio à regulamentação da pena de morte no Brasil, projeto do deputado federal Amaral Neto (PDS-RJ).

Segundo o documento, a IPU reconhece que a sociedade precisa e merece ser protegida de criminosos, que merecem punição. Porém a IPU crê que todos os seres humanos "são criados à imagem de Deus e possuem dignidade inerente e valor infinito". Em consequência, "tirar a vida de um ser humano, mesmo o Estado, com o respaldo da lei, é ir contra a vontade de Deus".

A IPU afirma no texto que "se levarmos a sério o pecado humano, teremos que reconhecer que a distância entre nós e os criminosos é uma

questão de grau e não de essência. Portanto, ninguém é suficientemente bom para determinar a execução de outras pessoas".

Dentre várias considerações, a IPU aponta que "a pena de morte não tem sido, nos países onde existe, um fator dissuasivo suficiente para diminuir a criminalidade". Além disso, ela é "discriminatória, arbitrária e, muitas vezes, aplicada erroneamente, tornando-se um instrumento a mais de opressão contra os pobres, as minorias, os grupos já oprimidos da sociedade ou contra os opositores políticos daqueles que estão no poder".

A IPU denuncia que a pena de morte já existe de fato no Brasil, diante da atuação dos esquadrões da morte e dos falsos justiceiros,

enquanto "mega-delinquentes" andam pelas ruas, impunes e "rindo da justiça e de todos nós". Isto prova que "numa sociedade marcada por desigualdades tão profundas como a nossa", a pena de morte transformaria-se na legalização pura e simples dessas execuções sumárias, em que o crime capital é ser pobre e/ou negro".

A IPU conclui declarando sua oposição incondicional à pena de morte, conclamando toda a sociedade brasileira a não se deixar iludir pela idéia de que sua segurança exige o aniquilamento das pessoas violentas; apelando para os membros do Congresso Nacional para a abolição da pena de morte. (CEDI, 12/03/91)

CNBB realizará assembleia e elegerá nova presidência

As eleições para a presidência da CNBB serão realizadas durante a 29ª Assembleia dos Bispos do Brasil, que acontecerá de 10 a 19 de abril em Itaiç (Indaiatuba, SP). O único tema de estudo será "Diretrizes Gerais para a Ação da Igreja no Brasil — 1991/1994". Caberá a dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, orientar o "Dia de Espiritualidade", que tratará da "Nova Evangelização". (Agen, 27/02/91)

Conic tem novo secretário executivo

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) tem um novo secretário executivo. Trata-se de Emil Albert Sobota, que substitui o pastor Godofredo Böhl. O Conic é presidido pelo bispo metodista Isac Alberto Rodrigues Aço.

O Conselho é integrado pelas igrejas Católica Apostólica Romana, Cristã Reformada do Brasil, Episcopal do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista e Presbiteriana Unida. (Agen, 15/02/91)

Ecumenismo é compromisso

"O ecumenismo deve ser marcado pelo compromisso com a defesa da vida dos sofredores e não por perguntas sobre denominações religiosas". Esta declaração é de Dorothee Sölle, teóloga e feminista luterana, em visita ao Brasil a convite do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião do Instituto Metodista de Ensino Superior, em São Bernardo (SP). Durante encontro com li-

deranças religiosas, realizado na Igreja Luterana do Paraíso, em São Paulo, a teóloga indicou ainda algumas pistas para que as igrejas possam ser mais vivas e alegres: educação à compaixão, privilégio da alegria e ressurreição sobre o sofrimento, confiança nas organizações populares, confiança nos pequenos gestos de partilha e gratuidade e cuidado com a resignação dos intelectuais. (Agen, 05/03/91)

Dívida a resgatar

O pastor indígena German Loya sugeriu durante a 7ª Assembleia Geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em Camberra, Austrália, que os US\$ 100 milhões que o governo espanhol e o Vaticano gastarão em Santo Domingo, República Dominicana, nos festejos dos 500 anos de "evangelização" da América Latina, em outubro de 1992, sejam devolvidos aos latino-americanos como uma pequena parcela do que o Norte "roubou" do Sul. Ele conclamou o CMI a executar um programa de conscientização dos países do hemisfério Norte, de respeito à cultura dos povos e de rechaço a toda forma de colonização. (Agen, 07/03/91)

Encontro debate qualidade de vida

O Movimento Evangélico pela Justiça Social em Minas Gerais realizou neste mês de março seu primeiro encontro estadual. O teólogo Darcy Dusilek, diretor da Visão Mundial, falou na abertura do encontro, sobre o tema *Para que todos tenham vida*, que foi debatido por parlamentares cristãos e representantes dos movimentos populares.

O objetivo deste encontro, e do movimento, é reunir pessoas e entidades que estão lutando pela defesa da qualidade da vida no Brasil e na perspectiva de transformação das estruturas da sociedade. (CEDI, 10/03/91)

Ticuna continuam na justiça pelo Massacre do Capacete

Cansados de aguardar da Justiça a punição para os assassinos dos 14 Ticuna ocorrido no Alto Solimões em 1988, uma comitiva desses índios está em Manaus sob a liderança do secretário do Conselho Geral da Tribo Ticuna, Pedro Mendes, para exigir das autoridades jurídicas do Estado a reabertura do processo instaurado desde de 89 em Benjamim Constant para o julgamento dos culpados. É que o processo já passou da Justiça Federal para a Justiça comum sem nenhum resultado concreto. Segundo Pedro Mendes, nenhuma audiência para julgar o caso foi realizada, várias datas foram marcadas e adiadas em seguida. A única alegação do Juiz da Comarca de Benjamim Constant é a de que o advogado de defesa do principal mandante da chacina (o empresário madeireiro, Oscar de Almeida Castelo Branco), Gedon Rocha Lima, nunca compareceu às audiências. Com a intenção de exigir que

a Justiça do Estado não deixe o massacre cair no esquecimento, os 14 Ticuna foram à sede da OAB-AM com o objetivo de pressionar a reabertura do processo.

Contrabando na região — Reunidos na sede do Conselho das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), os Ticuna aproveitaram para denunciar o contrabando de peixe em território brasileiro onde não existe nenhum tipo de fiscalização por parte do Ibama ou da Polícia Federal. Pedro Mendes esclareceu que todos os lagos e reservas de madeira do território Ticuna continuam sendo invadidos por pescadores brasileiros, colombianos e peruanos, e por pessoas contratadas por empresários do setor madeireiro da região (municípios de Benjamim Constant, S. Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Tabatinga e Amaturá). O presidente da Coiab, Manuel Moura, diz que os ín-

dios estão propondo ao governo para que enviem equipes da PF e do Ibama para essas áreas para que fiscalizem juntamente com os índios a questão da invasão e do contrabando do pescado nas áreas Ticuna. Existem, por exemplo, no município de Amaturá, dois frigoríficos de propriedade de um colombiano que escoam o pescado, sobretudo da pirafba, para fora das fronteiras brasileiras. (Diário do Amazonas, 07/03/91)

Os Ticuna foram recebidos no dia 9 de março pelo desembargador Alcemir Figliuolo, presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, que prometeu convocar o juiz titular da Comarca de Benjamim Constant, Dr. Luiz Henrique Braz, para prestar esclarecimentos do caso. Mais promessas, mais desculpas e mais adiamentos... (CEDI)

Natalidade

Cerca de cem bebês índios estão nascendo a cada ano no Amapá. Segundo o administrador regional da Funai, trata-se de um alto índice em comparação com outras tribos brasileiras. Acrescentou que a mortalidade, normalmente por velhice, também diminuiu — 12 índios ao ano — e que isso se deve ao fato dessas tribos terem garantias sobre a posse de suas terras. (O Globo, 09/03/91)

Mais morte e violência em Dourados

A índia Suzana Alves, de 16 anos, foi encontrada enforcada na aldeia Guarani-Kaiowá. Como nos 48 casos anteriores, a jovem índia, que era casada, suicidou-se sem deixar explicações. Dois dias antes, 10 deste mês, a índia Tereza Cavalheiro foi estuprada e assassinada no perímetro da reserva indígena de Dourados. Até o momento a polícia não tem nenhuma pista. (Última Hora e Correio Braziliense, 14/03/90)

Posseiros ameaçam a Área Kampa do rio Amônia

O coordenador da União das Nações Indígenas no Acre, Mário Poyanawa e o Coordenador do Conselho Nacional dos Seringueiros, Antonio Batista de Macedo, encaminharam um documento à Coordenadoria de Defesa de Direitos e Interesses das Populações Indígenas da Procuradoria Geral da República, denunciando a presença de 12 famílias de posseiros

dentro da Área Indígena Kampa do Rio Amônia. Firms madeireiras da cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, utilizam esses posseiros para derrubar e retirar madeira da área. O documento adverte que a falta de providências (e a omissão da Funai) podem resultar em confronto direto contra os posseiros: queima de barracos e morte. (CEDI, 18/03/91)

Malária ataca aldeia Waiapi

Os índios da aldeia Waiapi, na Perimetral Norte, estão sendo vítimas de surto de malária, e também de gripe forte. A Funai já encaminhou uma equipe médica à região, mas ainda não conseguiu colocar a situação sobre controle. O administrador regional da Funai, Frederico Miranda de Oliveira conseguiu juntar à equipe parte de técnicos da Sucan, e ainda pessoal da LBA e da Fundação para a Infância e Adolescência.

A malária no Amapá vem castigando a região do rio Amapari, principalmente devido a intensificação da atividade garimpeira na região que compreende a serra do Navio. E o surto ocorre num momento em que a Funai se encontra em dificuldades de equipamentos e em meio a modificações administrativas que retirou da fundação ações no campo da saúde, entre outras. (O Liberal, 02/03/91)

Governo de Roraima é contra retirada de garimpeiros

O governo de Roraima entrou em confronto com a Polícia Federal (PF) devido à operação de retirada dos garimpeiros da terra dos Yanomami. O governador Ottomar de Souza Pinto acionou as Polícias Civil e Militar para impedir a operação de fechamento de duas pistas de pouso na região, que deveria ser realizada por agentes da PF. Ottomar também

pagou, do seu próprio bolso, a fiança para libertar 16 garimpeiros que estavam presos na penitenciária de Roraima. O governador orientou a direção da penitenciária a não receber mais garimpeiros detidos pela PF.

Agentes federais levaram no dia 6 de março à penitenciária dois garimpeiros presos em pistas de pouso clandestinas nos arredores de Boa Vista,

mas eles não foram recolhidos pela penitenciária. Os garimpeiros foram encaminhados à delegacia da PF em Boa Vista. O assunto elevou os ânimos na PF em Brasília e foi conduzido com prioridade ao conhecimento de Romeu Tuma, diretor geral da PF. Tuma disse que não vai aceitar o confronto e que vai resolver o assunto na Justiça. (Folha de S. Paulo, 08/03/91)

Industrial desvasta terras indígenas no MA

O industrial Nicodemus Martins Marques e mais três madeireiros que atuam na região considerada pré-Amazônia maranhense, estão sendo apontados como os responsáveis diretos pela devastação de grande parte da reserva indígena Alto Turiaçu, habitada pelos índios Kaapor, Timbira, Guajá e Tembê.

A primeira providência do Ministério Público Federal e administração regional da Funai no Maranhão foi entrar na Justiça Federal com uma ação civil pública. Os dois órgãos esperam que ainda essa sema-

na saia uma liminar contra os três empresários que vêm provocando um grande impacto ecológico na região.

Os servidores da Funai vistoriaram, no início desse ano, mais de 530 mil hectares de terras encravadas entre a margem esquerda do rio Gurupi e margem esquerda do rio Turiaçu, na divisa com o Pará. Ficou constatado que a devastação em diferentes pontos, com abertura de estradas e picadas, pontes provisórias, ateamento de fogo, erguimento de barracas, e postos de serragens, estavam sendo pratica-

dos por grandes indústrias madeireiras.

A Funai pediu a abertura de inquérito policial, no qual estão citados a existência de mais de cem trabalhadores — contratados pelas empresas — os quais, com o uso de moto-serras, realizam o corte de madeiras-de-lei, a exemplo de maçarandubas, ipês, aroeiras, angelins, pau-amarelo e diversas outras espécies seculares, algumas em extinção no Brasil. Ficou comprovada também que todo o material retirado da reserva é levado para comercialização em outros estados. (Correio Braziliense, 06/03/91)

Embrapa apoiará povos da floresta

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) será responsável pelo Programa de Consultoria e Assistência Técnica às Comunidades Indígenas e Extrativistas Brasileiras.

A medida determinada por decreto presidencial, visa repassar técnicas adequadas de plantio e aproveitamento de plantas nativas para a auto-sustentação das diversas aldeias no país. Para elaborar as diretrizes do programa, reuniram-se em Brasília, representantes da União das Nações Indígenas e do Conselho Nacional dos Seringueiros e a Secretaria Nacional do Meio Ambiente.

Dez comunidades indígenas serão atendidas inicialmente pelo programa, que prevê a realização de cursos e treinamento nas Unidades de Pesquisa da Embrapa, assim como o acompanhamento das atividades implementadas. (Correio Braziliense, 15/03/91)

Xavante invadem fazenda em MT

Os Xavante tomaram conta da fazenda Santana, no município de Água Boa, expulsando o fazendeiro Augusto Nogueira Moraes. A invasão ocorreu no final de janeiro último mas só agora está sendo revelada pelo fazendeiro, que tenta sua reintegração, alegando que a Funai agiu ilegalmente apropriando-se da fazenda Santana, que está numa área limítrofe da reserva indígena, mas que não pertence a reserva. Augusto também está tentando reaver na Justiça os bens que estavam na propriedade, dos quais os 150 xavante se apossaram.

Os Xavante alegam que invadiram a fazenda porque ela está em terras pertencentes à tribo e informam que ocorreram anteriormente vários atritos com o fazendeiro. Segundo o superintendente da Funai, em Cuiabá, Odenir Pinto de Oliveira, a fazenda, de 2 mil hectares, está dentro de uma área indígena de 12 mil hectares.

O fazendeiro Augusto Moraes tentou reaver suas terras com a Justiça, em Cuiabá, no entanto o juiz julgou-se incompetente para decidir sobre a questão e disse que Moraes teria que se dirigir a Brasília. Foi o que fez, obtendo um mandado para reaver os bens que estavam na fazenda, além das duas mil cabeças de gado.

Conseguiu com a juíza Selene Maria de Almeida, da 4ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, autorização para reaver seus bens, antes de um julgamento final sobre a questão da posse definitiva da fazenda. Isto foi conseguido no dia 22 de fevereiro último. Porém, ao retornar a Cuiabá para cumprir a determinação da juíza, Augusto Moraes foi surpreendido pela Justiça local, que impediu a posse, alegando que isso poderia provocar uma guerra com os Xavante, e pediu mais 15 dias antes que a sentença fosse executada. (Jornal da Tarde, 07/03/91)

Os trabalhadores e a co-gestão

Embora em geral circunscritas a empresas médias, experiências entre operários apontam para uma direção onde eles optam por assumir o comando das fábricas em que trabalham a fim de sanear problemas financeiros seja através da co-gestão ou da sua compra coletiva. O caso mais recente é o dos trabalhadores da Semco Hobbart, em S. Bernardo do Campo, do empresário Ricardo Semler.

Todavia, outras formas de administração operária estão sendo (ou foram) realizadas, destacando-se as do Estaleiro Emaq, da Ciferal e da Remington (Rio de Janeiro). Em maio de 1990, os funcionários da Autolatina de Taubaté procuravam comprar a fábrica para evitar seu fechamento.

É importante notar que em vários casos foi possível — por parte dos trabalhadores — a aceitação de contenção salarial, de corte nos gastos em serviços oferecidos pelas empresas, redução de jornada com redução de salários, economia de insumos, aumento da produtividade, maior controle de qualidade dos produtos. Por outro lado, os trabalhadores vão se capacitando para controlar não só o processo de produção mas também a circulação das mercadorias, encarregando-se de transações comerciais e financeiras.

Estariam esses trabalhadores “ves-

Semco é administrada por trabalhadores

Depois de fechar dezembro com um resultado negativo de Cr\$ 6 milhões, a Semco Hobbart, de São Bernardo do Campo, obteve em janeiro um faturamento líquido de Cr\$ 29 milhões. A recuperação foi possível depois que os funcionários passaram a gerenciar os ne-

gócios da empresa através de uma administração operária. Com o lucro obtido, os trabalhadores que tiveram salários reduzidos em até 30% por conta de um acordo para recuperar o caixa receberam a diferença no salário de fevereiro. (Diário da Grande ABC, 14/02/91)

tindo a camisa” da empresa e se dispondo a “administrar a crise” do capitalismo? Ou, embora atuando em casos onde são alvo de cooptação empresarial, estariam disputando outras formas de ação com o objetivo de melhorar suas condições de trabalho?

Algumas dessas iniciativas estão acontecendo na base de sindicatos cutistas, sendo que através delas foram formadas comissões de fábrica. Geralmente, sacrifícios foram aceitos para se evitar demissões. Apesar de ser um processo restrito a um setor dos trabalhadores e mesmo estando em aberto seu desfecho, esses ensaios constituem uma experiência onde os operários estão reconstruindo sua relação com seu trabalho ao reestruturarem a organização do trabalho e participarem de sua coordenação decisória.

Isso tudo indica que, se, de um lado, não há, evidentemente, um projeto de socialização, os empresários, ao serem deslocados de seu papel de organizadores da produção, estão, de outro lado, longe de contraírem uma lua de mel com o que está acontecendo.

Surge aí um desafio para as direções sindicais baseadas na solidariedade de classe dos trabalhadores pois está em jogo fazer com que essas tentativas não resultem em mecanismos de aumento da produtividade sem aumento de salários, nem sejam capitalizadas pelos empresários. Uma outra saída, a rejeição pura e simples, parece ser contraproducente uma vez que os trabalhadores não têm se recusado a participar delas. (CEDI, 20/03/91)

Medeiros tem a ‘Força’

Em lugar da foice e do martelo, um ecológico girassol, com sete pétalas, e um sol vermelho. A ligação com um partido político de esquerda vai ser substituída pelo contato direto com os trabalhadores das fábricas e do campo, numa reedição do estilo de Collor. Essas são as marcas registradas da Força Sindical, a nova central, fundada dia 10 de março em São Paulo para se opor à CUT. Na prática, a Força, a despeito da influência do PCB, o Partidão, que controla boa parte dos 60 cargos da executiva, e do PDT, que reúne bom número de militantes e simpatizantes na sua cúpula, parece se resumir numa única personalidade: Luis Anto-

nio de Medeiros, seu articulador, ideólogo e presidente.

Medeiros quer emergir como alternativa para os dissidentes da CUT e os sindicalistas partidários do PDT. Reunindo num mesmo epicentro um eclético leque partidário, se tornará, acredita ele, um pólo natural de atração para os sindicalistas independentes. Principalmente no escorregadio terreno dos salários e da manutenção do emprego. Medeiros já decidiu: não vai atirar pedras em Collor, nem crucificar a equipe econômica. O ponto de partida e de chegada da Força será o Congresso. Longe dos olhos da multidão, ele vai negociar e conversar. Não admite em público, mas

um fato é concreto: há da parte do governo disposição de fazer Medeiros porta-voz de toda e qualquer concessão que for feita aos trabalhadores.

Por enquanto, a Força vai viver de doações, não muito bem definidas, dos sindicatos. Internacionalmente, tudo o que a Força conseguiu foi uma promessa da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl), com sede em Genebra, de liberar US\$ 400 mil para formação de quadros. Não obstante Medeiros sempre ter criticado a CUT por receber doações externas, ele não hesitou em recorrer à solidariedade dos companheiros de todo o mundo. (Isis, 20/03/91)

A CUT e a democracia

Com apoio do CEDI e do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, a Secretaria de Política Social e Formação da CUT-SP realizou de 11 a 15 de março, na Câmara Municipal de São Paulo e no Instituto Cajamar, o Seminário "A CUT e a Democracia". O objetivo do seminário foi aprofundar a compreensão da relação entre o movimento sindical, o Estado e as políticas sociais como um todo. Maurício Broinizi, coordenador do Programa Movimento Operário, do CEDI, participou da mesa redonda sobre "O papel da forças armadas". (CEDI, 19/03/91)

Oposição nos Químicos do ABC quer anular chapa da CUT

A oposição formada dentro da própria Articulação da CUT, quer anular a convenção realizada pelo Sindicato dos Químicos do ABC, no último dia 17, quando foi indicada a chapa que irá concorrer nas eleições para a direção da entidade. Cerca de 400 funcionários da categoria, de uma base que totaliza 35 mil, aprovaram o nome do secretário de Saúde da instituição, Remigio Todeschini, para encabeçar a chapa, que conta com mais 35 nomes, sendo 14 deles membros da atual diretoria, incluindo o presi-

dente, Agenor Narciso. O racha da Articulação é comandado por Claudir José dos Santos e Edilmo Oliveira Lima, respectivamente secretários Geral e de Imprensa, que não concordam com o processo eleitoral do sindicato, por considerarem que a escolha foi feita "a portas fechadas", sem as tradicionais consultas prévias às bases. A intenção dos representantes é indicar uma segunda chapa da CUT e programar nova convenção, provavelmente para 7 de abril. (Diário do Grande ABC, 18/03/91)

Presidente da Mercedes-Benz visita sindicato

Pela primeira vez na história do movimento sindical, um presidente de indústria automobilística pisou na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, uma das entidades mais fortes do país. Foi o próprio Bernd Gottschald, presidente recém-empossado da Mercedes-Benz do Brasil, quem propôs o encontro ao presidente do

Sindicato, Vicente Paulo da Silva.

Na saída, Gottschald carregava camiseta com estampa do João Ferrador, personagem símbolo da campanha dos metalúrgicos e relatório da subseção do Dieese sobre salário, emprego e condições de trabalho na Mercedes-Benz. Na conversa, ninguém falou sobre greves. Vicentinho disse que a montadora ainda não de-

mitiu em massa, ao contrário do número elevado de dispensas na Scania, Maxion e das ameaças da Autolatina. "Essa visita demonstra respeito da empresa pela entidade dos trabalhadores é um sinal positivo para melhorar as condições de trabalho e de crescimento econômico" — afirmou. (Diário do Grande ABC, 13/03/91)

Refinarias da Petrobrás retomam produção mas a greve continua

Com a volta ao trabalho de parte dos funcionários de algumas refinarias da Petrobrás, em greve há 21 dias, diminui o risco de se generalizar o desabastecimento de combustíveis, que chegou a faltar ou ser racionado em alguns pontos do país. As refinarias Presidente Bernardes, Getúlio Vargas e Henrique Lage operam parcialmente. Já os petroleiros de Paulínia não pretendem retomar a produção mesmo se o TST julgar a greve abusiva. Segundo o presidente do Sindipetro, Wilson Santarosa "não há nenhuma lógica no TST julgar o movimento abusivo porque existiu o cumprimento de todas as obrigações legais para a paralisação, inclusive com o aviso anterior à empresa". (Jornal da Tarde, 18/03/91)

Trabalhadores fazem protestos no ABC

Manifestações e protestos marcaram, no ABC paulista, a passagem do primeiro aniversário do governo Collor. A mais expressiva foi a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que paralisou as linhas de montagem da Autolatina. Segundo dados da empresa, cruzaram os braços 33.900 dos 36 mil metalúrgicos. Pelos cálculos do sindicato, 90% dos 140 mil metalúrgicos das duas cidades acataram a ordem de greve da CUT. Também entre os metalúrgicos de Santo André, 18 mil de um total de 40 mil trabalhadores faltaram ao serviço. Uma passeata saiu da sede do sindicato com destino ao Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Lideravam a caminhada Lula, Jair Meneguelli, Vicentinho e o prefeito Maurício Soares. (Jornal do Brasil, 16/03/91)

Supermercados e sindicatos fazem acordo em Sertãozinho

Dois dos principais supermercados de Sertãozinho (330 km a noroeste de São Paulo) e representantes de cinco sindicatos da cidade assinaram uma "convenção coletiva de consumo" que estabelece uma margem de lucro bruto de no máximo 12% no preço de venda da cesta básica. A convenção coletiva foi assinada durante a nona reunião do "pacto municipal", que reúne trabalhadores, empresários e poder público e permanecerá em vigor nos próximos seis meses. O "pacto" surgiu no final de dezembro por iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto e Sertãozinho — filiado à CUT — e discute soluções para amenizar os efeitos da recessão na cidade. (Folha de S. Paulo, 16/03/91)

Círculos de Cultura educam para a cidadania em PE

Uma das prioridades do governo de Pernambuco tem sido, desde 1987, a alfabetização das camadas populares. Foi criado o projeto Círculo de Educação e Cultura, enfatizando o processo educativo como instrumento de formação e exercício da cidadania.

As propostas pedagógicas defendidas pelo educador Paulo Freire e pelas pesquisadoras Emília Ferreira, do México, e Terezinha Carraher, da Universidade Federal de Pernambuco, subsidiaram os 1.600 círculos implantados.

A Secretaria de Educação priorizou a alfabetização ao longo das quatro séries iniciais do 1º grau e a de jovens e adultos. Convênios com sindicatos rurais foram firmados e, só no ano passado, foram atendidos pelo programa de alfabetização 23 mil jovens e adultos, somando 43 mil ao longo dos últimos quatro anos. (*Diário de Pernambuco*, 10/03/91)

Encontros formularão plano lançado em 1990

Estão marcados para os próximos meses vários eventos ligados ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), lançado pelo MEC em setembro do ano passado. Ainda que tardias, são oportunidades para alguma participação da sociedade civil no detalhamento de futuras ações alfabetizadoras em nível nacional.

Uma conferência nacional de alfabetização será realizada em Brasília, de 18 a 20 de abril, com a participação da Comissão Nacional do PNAC (criada junto com o programa) e dez representantes indicados por cada uma das comissões estaduais do PNAC. Esta conferência deverá aprovar a primeira versão do programa de ação nacional, compatibilizando as propostas elaboradas nos estados.

Segundo o MEC, 16 estados já realizaram congressos e formularam seus respectivos planos de alfabetiza-

ção, mas os processos de discussão têm sido muito desiguais: em alguns estados foram democráticos e participativos; em outros, contaram somente com representantes do executivo e das universidades. Em São Paulo, foi convocado um congresso para 09 de abril, na Faculdade de Direito da USP.

O MEC está organizando ainda uma Conferência Internacional de Alfabetização, que reunirá em Brasília, de 03 a 05 de maio, representantes de 15 países, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de autoridades educacionais e membros da Comissão Nacional do PNAC. Espera assim obter linhas de financiamento externo, apesar de os técnicos dos organismos internacionais já terem criticado o PNAC pela excessiva abrangência de suas metas e falta de mecanismos de avaliação do emprego dos recursos. (*CEDI*, 19/03/91)

'Projeto' do governo anuncia intenções, nada além disso

O "Plano de Reconstrução Nacional", lançado pelo presidente Collor em cadeia nacional de rádio e TV, na véspera do primeiro aniversário de seu governo, caracteriza-se pelo tom genérico de uma abrangente declaração de intenções e aí se detém. Deixa perceber o objetivo de procurar co-responsáveis para o enfrentamento dos problemas nacionais, o que lançaria à sociedade o peso das dificuldades que a omissão ou incapacidade do governo só têm contribuído para aumentar.

Não traz estatísticas, que tornariam mais nítidas as consequências das ações governamentais, seja na economia, seja nas áreas sociais, onde a possibilidade de resgate da chamada dívida social — aquela de que se falava já no período final da ditadura, há seis anos — está cada vez mais distante.

Pela grandiloquência do "Projeto", como foi batizado, o plano tem todas as condições para não ser mais

que uma pilha de papel. A recessão induzida com que se inaugurou o atual governo, em março do ano passado, fez quebrar empresas, acentuar-se de modo cruel o desemprego, difundir a miséria em segmentos mais amplos e reduzir o crescimento geral da riqueza do país. Agora vem um plano de "reconstrução". O mérito do governo está em ter destruído antes algo que praticamente não se mantinha em pé, em nome da derrubada de uma inflação que, esta sim, continua amparada em sólidos alicerces.

Nesse quadro, no mínimo adverso, o "Projeto" propõe diretrizes para "o novo modelo educacional", abrangendo o ensino pré-escolar, o ensino fundamental, o superior e a educação de jovens e adultos. Afirmando que se trata de uma área "onde a presença do Estado é fundamental", o plano se contradiz ao colocar em discussão a "gratuidade indiscriminada do ensino público de graduação", ao mesmo tempo em que fala

em aperfeiçoamento do sistema de bolsas, o que implica em financiar com dinheiro público vagas em escolas particulares.

De resto, há prioridades importantes, aliás consagradas há anos, como, entre outras, a articulação entre esferas federal, estadual e municipal quanto aos esforços financeiros, a qualificação de professores, a recuperação e a melhoria do dimensionamento de prédios e instalações escolares, a implantação de unidades de ensino bem dotadas de competência docente e meios de apoio para atender clientela propensa à evasão precoce e, obviamente, a redução do analfabetismo e desescolarização de jovens e adultos por meio da expansão de vagas. Não é difícil imaginar o quanto destas intenções se concretizará, já que dependem de recursos financeiros e determinação política, que hoje, no primeiro aniversário da era Collor, estão menores e menos disponíveis. (*Elie Ghanem/CEDI*, 19/03/91)

Collares assume sob o protesto dos professores

O governador Alceu Collares assumiu o poder, dia 15, sob ruidosa manifestação de protesto de 1.500 funcionários públicos estaduais, especialmente professores, concentrados em frente ao Palácio Piratini.

Em greve desde o dia 8 de março, os professores gaúchos da rede estadual não pretendem iniciar o ano letivo antes de obter um índice de reajuste salarial próximo ao reivindicado pela categoria, de 200,49%. A maioria dos 42 núcleos do interior do estado considerou insatisfatório o índice de 151,85% a ser concedido em cinco parcelas, informou o tesoureiro do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers), Pedro Schuch. (*Gazeta Mercantil*, 15/03/91; *O Estado de S. Paulo*, 16/03/91)

Professores não recebem há meses em PB e PI

Os 28 mil professores da PB estão sem receber há três meses. Passaram dois meses em greve e ameaçaram não iniciar o ano letivo. Várias outras categorias do funcionalismo estão paradas. A Federação dos Trabalhadores em Serviço Público da Paraíba calcula haver uma defasagem superior a 400% no salário dos funcionários.

Situação mais crítica vivem os professores da rede estadual do Piauí. Eles ganham meio salário mínimo, estão em greve desde o mês de agosto passado e não recebem desde novembro. A situação ainda é pior na zona rural, onde os professores ganham em média entre Cr\$ 1 mil e Cr\$ 2 mil por mês. Com isso, 430 mil crianças perderam o ano letivo. O Estado tem uma dívida de Cr\$ 62 bilhões, referentes a encargos sociais e empréstimos externos e internos vencidos no ano passado. (*Folha de S. Paulo*, 09/03/91; 14/03/91; 15/03/91)

Baixada Fluminense ganha Universidade Popular

Resgatar o direito à cidadania de uma população oprimida e que, ao longo dos anos, vem sendo mantida afastada de qualquer ação governamental. Esta é, segundo o bispo da diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, a proposta da Universidade Popular da Baixada Fluminense.

A universidade foi inaugurada dia 9 de março, no Centro de Formação de Líderes, no bairro de Moquetá, em Nova Iguaçu, RJ.

O lema da universidade é *Quem sabe luta melhor*. Sua criação é um

sonho acalentado pelo bispo há 25 anos, desde que chegou à região, e se tornou possível através de convênio firmado com a Universidade Abernethy (Univerta), que desde 1978 oferece educação de base universitária não formal.

“Queremos modificar a imagem negativa que se tem da Baixada, pelo fato de sua população ser oprimida e viver sem direito a nada. A nossa proposta é de resgatar a consciência do povo. Aqui, cidadania é só utopia”, afirma Dom Hypólito. (*O Globo*, 09/03/91)

Professores de São Paulo decidem pela paralisação

Os professores públicos do estado de São Paulo decidiram entrar em greve a partir do dia 20 de março, por tempo indeterminado. A decisão foi tomada dia 15, quando cerca de 10 mil professores, segundo avaliação do presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), João Felfício, fizeram um ato de protesto em frente à Assembleia Legislativa, durante a posse do novo governador

de São Paulo, Luiz Antonio Fleury.

A categoria, formada por 220 mil trabalhadores em todo o estado, reivindica o piso salarial calculado pelo Dieese, de Cr\$ 99 mil por 20 horas de aula semanais. Atualmente, os salários dos professores estão congelados desde dezembro e o profissional em início de carreira recebe 1,9 salário mínimo, ou seja, cerca de Cr\$ 33 mil, por 20 horas semanais. (*Gazeta Mercantil*/São Paulo, 18/03/91)

Greve acaba no Rio de Janeiro e alunos retornam às aulas

O ano letivo na rede pública estadual começou em 18 de março, com a suspensão da greve dos professores (decidida em assembleia no dia 15 passado) e a volta às escolas de 1,2 milhão de alunos. Para a secretária estadual de Educação, Maria Yeda Linhares, a suspensão da greve representou um voto de confiança da categoria no novo governo.

O vice-presidente regional do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), José Otávio Câmara Fernandes, informou que os professores voltarão a se reunir, no próximo dia 6 de abril, quando

definirão a pauta de reivindicações a ser apresentada ao governador Leonel Brizola.

Dos 91.674 professores, os que ganham mais de Cr\$ 70 mil ainda não receberam o salário de fevereiro; os que ganham acima de três salários-mínimos só receberão a segunda parcela do décimo terceiro salário no dia 4 de abril.

De acordo com o vice-presidente da Sepe, José Otávio, as perdas salariais acumuladas entre março de 1990 e fevereiro deste ano chegam a 366%. (*Jornal do Brasil*, 18/03/91)

Anistia denuncia tortura de palestinos no Kuwait

A Anistia Internacional denunciou a prisão ilegal e tortura de palestinos por soldados e civis kuwaitianos. Segundo a organização de defesa dos direitos humanos, os métodos de tortura incluíam espancamentos com barras de ferro, choques elétricos e queimaduras com pontas de cigarro. "Ainda é cedo para confirmarmos muitas dessas violações", disse um comunicado da Anistia. "Mas o número crescente de denúncias aponta para um padrão de abusos que devem ser investigados aberta e independentemente".

O comunicado da anistia se segue a outras denúncias feitas por organizações humanitárias internacionais que atuam dentro do Kuwait. Funcionários dessas organizações disseram ao jornal *The Washington Post* que a campanha de detenção, tortura e deportação atinge não apenas os palestinos, mas também iraquianos, jordanianos e norte-africanos. Além de suspeitos de terem colaborado com os soldados do Iraque durante a invasão, os imigrantes dessas nacionalidades são agora considerados indesejados pelo governo kuwaitiano, que pretende redu-

zir a população estrangeira no país.

No dia 16, 23 argelinos, tunisinos, sudaneses e somalis detidos nas últimas duas semanas foram levados num ônibus do Exército kuwaitiano para a cidade iraquiana de Safwan, sob controle americano, e deixados lá sem comida, água, mudas de roupa e documentos.

"Eles (os kuwaitianos) estão fazendo isso abertamente e impunemente", disse Andrew Whitley, da organização de direitos humanos Middle East Watch, baseada em Nova Iorque. (*Jornal do Brasil*, 19/03/91)

Aylwin completa um ano de poder denunciando crimes

Ao completar seu primeiro ano de governo, o presidente Patricio Aylwin logrou cumprir quase todas as suas metas, menos fazer que o Chile esquecesse 1973 e os efeitos do golpe militar.

Enrique Correa, secretário-geral do governo disse que havia cinco metas para o primeiro ano: reforma política, direitos humanos, modernização da economia, pagamento da dívida social e reinserção internacional do país. "Em todas elas demos passos fundamentais", disse Correa.

A economia surgiu com passo firme, após as primeiras dúvidas devido à troca de governo. Houve incremento na inversão de capital estrangeiro e somente o Banco Mundial concedeu cinco empréstimos to-

talizando US\$ 704 milhões.

A reinserção internacional se manifesta na grande quantidade de chefes de Estado que presenciaram a posse de Aylwin, pelo ingresso do Chile no Grupo dos Oito e por uma relação forte com a Europa e os Estados Unidos.

O desejo de completar o primeiro ano de governo com a maioria dos "presos políticos" em liberdade não será cumprido. O projeto de leis especiais propostas pelo ministro da Justiça, Francisco Cumplido, terminou por estabelecer uma Reforma Constitucional a ser aprovada pelo congresso. Nela, o presidente da República terá o poder de outorgar anistia à maioria dos presos políticos.

Mas Aylwin chega a este primeiro aniversário provocando uma comoção geral profunda, ao dar a conhecer o Informe Verdade e Reconciliação, onde nove personalidades (incluindo ex-ministros do governo Pinochet) reconhecem que no Chile foram violados os direitos humanos, que existem mais de 2.200 casos de detidos e torturados, dos quais 950 se encontram desaparecidos.

Estima-se que 90% dos chilenos considerem que Aylwin deu um passo positivo ao tornar públicos os dados do Informe e "pedir perdão em nome de toda a nação aos familiares das vítimas". Mas também 69% da população considera que ali não está toda a verdade. (*Folha de S. Paulo*, 11/03/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL

A guerra do Golfo

Manchete/Sigma



Há uma guerra no planeta terra	2	Informação, uma vítima da guerra	9
Cronologia da guerra	2	Estados Unidos: os pés de barro do gigante	10
O novo mapa do poder	3	A indústria da guerra	13
Imagens em conflito	6	Guerra trouxe desastre ecológico	15

Há uma guerra no planeta terra

A guerra no Golfo Pérsico ganhou dimensões que muita gente não acreditava. Em sua essência, idêntica àquelas que se chegou a imaginar superadas diante do novo desenho que o mundo estava adquirindo. As cenas de terror, morte e destruição agora traduzem o real significado dos pontos inanimados que as telas de computador mostravam. A ilusão eletrônica se desfez junto a de que não haveria uma guerra e sim uma "rápida intervenção cirúrgica".

As enormes manchas de óleo e fumaça no mar e no céu da região já provocaram um desastre ecológico sem precedentes. Boa parte destas consequências eram previsíveis, tanto é que houve um intenso esforço dissimulador por parte das fontes militares.

A contra-informação foi a primeira das batalhas, juntamente com a censura e o controle dos meios de comunicação. Em tempo de guerra a lógica militar impera, quase tudo a ela se subordina e os apelos por soluções pacíficas se tornam muito mais difíceis depois que "o estado militar da questão" ganha tal autonomia.

Talvez, depois desta experiência, boa parte da humanidade passe a acreditar que guerra é guerra e que, depois de iniciada, é bastante improvável se quebrar este aspecto da lógica militar: o de que se tentará, mesmo que a alto preço, impor uma derrota ao inimigo através do emprego dos meios militares, ou seja, da força. Portanto, para se evitar a guerra é preciso que a sociedade civil organizada sobreponha-se cada vez mais ao conjunto de interesses e instituições que promovem o conflito armado, ou seja, aos Estados fortes, à produção e comércio de armamentos e à tradição violenta das grandes potências.

As esperanças que surgiram da recente distensão mundial, principalmente no sentido do desarmamento e da paz, estão abaladas. Ao invés da reconversão e diversificação (para a linha civil) da produção da indústria bélica em nível mundial, cujas iniciativas avançavam, já estamos assistindo a um inevitável reaquecimento deste setor.

Podemos estar na iminência de uma nova corrida armamentista, retroalimentada pela barbárie pós-moderna dos computadores, lasers, mísseis e anti-mísseis teleguiados, satélites espiões etc. Além da catástrofe humana e ecológica do Golfo Pérsico, estarão sendo alimentadas outras para o futuro.

Cronologia da guerra

Agosto 90

- 1 — Suspensas as negociações entre Kuwait e Iraque para solucionar o conflito limítrofe. O Kuwait se nega a ceder o território reclamado pelos iraquianos.
- 2 — O exército iraquiano invade o Kuwait. O Conselho de Segurança da ONU condena por unanimidade a ocupação e exige a retirada das tropas de Saddam Hussein.
- 3 — Os EUA enviam tropas ao Golfo Pérsico.
- 6 — A ONU impõe o boicote econômico ao Iraque.
- 25 — A ONU autoriza uso de força para fazer respeitar o embargo.

Novembro

- 29 — A ONU autoriza o uso da força para expulsar o Iraque, se não houver retirada até 15 de janeiro.
- 30 — O Iraque rechaça ultimato da ONU.

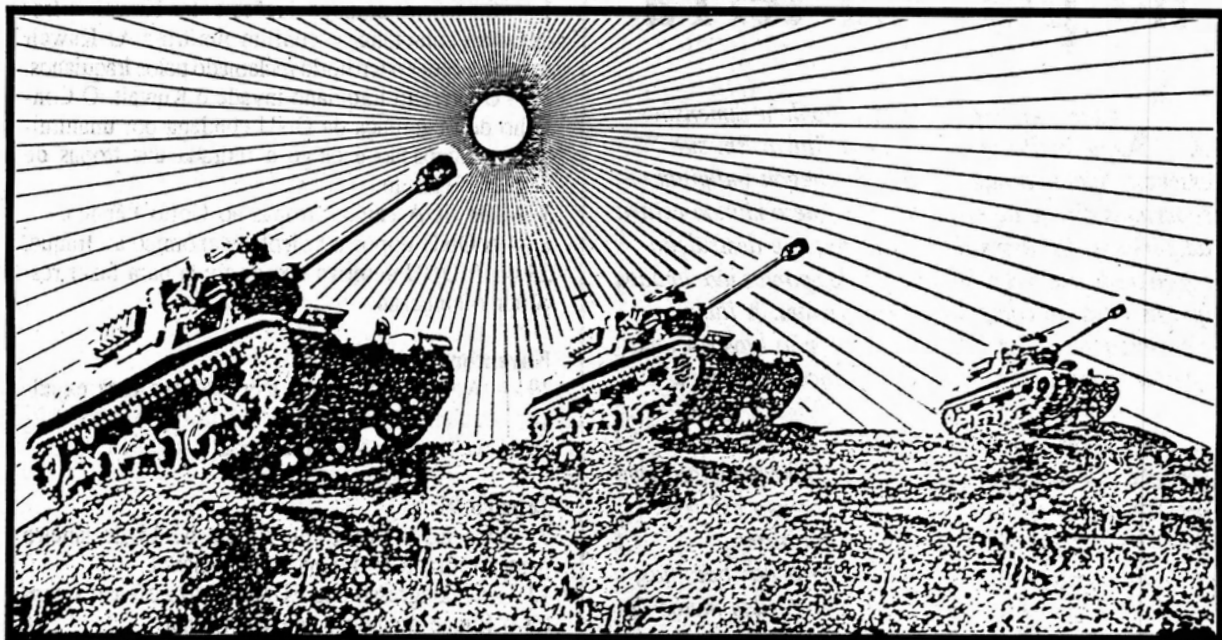
Janeiro 91

- 7 — Os EUA frisam que a data de 15 de janeiro para a retirada iraquiana é inegociável.
- 12 — O Congresso dos EUA autoriza ofensiva contra o Iraque quando o prazo terminar.
- 17 — Os EUA iniciam a guerra com ataques aéreos maciços à Bagdá.
- 18/19 — Mísseis Scud causam feridos em Israel: bombardeios aliados ao Iraque e Kuwait.
- 24 — Prossegue a guerra aérea. Primeiro território kuwaitiano retomado, a pequena ilha de Qarawa.
- 27 — A aviação americana bombardeia poços de petróleo no Kuwait.
- 30 — Os aliados sofrem baixas ao repelir o primeiro ataque terrestre feito pelos iraquianos na Arábia Saudita.

Fevereiro

- 13 — Os aliados bombardeiam um abrigo aéreo em Bagdá. Os iraquianos contam 300 civis mortos. Os EUA sustentam que o abrigo tinha objetivo militar.
- 18 — O presidente soviético, Mikhail Gorbachev, apresenta ao chanceler iraquiano Tarek Aziz um plano de paz para pôr fim à guerra. Bush afirma que a proposta não atende às exigências dos aliados.
- 21/22 — A URSS modifica o primeiro plano de paz, já aceito por Saddam, mas a segunda versão também não é aceita pelos aliados; Bush dá ultimato a Saddam para se retirar até as 12 horas do dia 23.
- 23 — Saddam se recusa a sair e Bush anuncia o início do ataque terrestre.
- 25 — Os aliados avançam; o Iraque anuncia que aceita a Resolução 660 da ONU (retirada), mas a declaração não é aceita pelos EUA.
- 26 — Os aliados observam primeiros sinais da retirada. A cidade do Kuwait é retomada.
- 27 — Bush anuncia a vitória e a suspensão da luta.

O novo mapa do poder



Com a queda do muro de Berlim, em 1989, concluiu-se também um ciclo histórico de mais de quarenta anos, o do chamado bipolarismo, ou seja, a divisão do mundo em duas grandes áreas de influência política, econômica e militar, uma hegemonizada pelos Estados Unidos e a outra pela União Soviética, junto aos respectivos aliados.

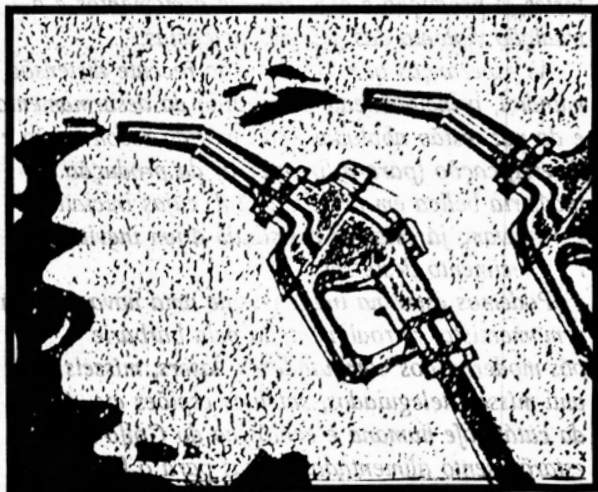
Muitos apressaram-se a proclamar o início de uma "nova ordem mundial" baseada no fim dos conflitos armados e do domínio geopolítico de poucos estados. Um historiador norte-americano atreveu-se até a teorizar o "fim da história", isto é, o "inevitável" prevalecer do sistema capitalista sobre qualquer outro.

Entretanto, os fatos evoluíram de uma forma bem diferente, os focos de tensão se multiplicaram no mundo inteiro, e ouviu-se novamente a voz das armas. É provável que nos próximos anos o conflito Norte-Sul (entre os países ricos do norte do mundo e os do sul, subdesenvolvidos), os contrastes étnicos e religiosos sejam o pano de fundo do cenário internacional. Um cenário, porém, agora dominado militarmente por uma única superpotência, os Estados Unidos. Este parece ser o principal legado da guerra do golfo, paralelamente à demonstração de impotência oferecida pela ONU, que os teóricos da "nova ordem" imaginavam destinada a ser sede de um "governo mundial". A Organização das Nações Unidas deu um ultimato ao Iraque, mas não foi capaz de dominar a situação, ficando a reboque das decisões norte-americanas.

Com tudo isso, os EUA continuam enfrentando uma gravíssima recessão da própria economia e não conseguiram construir uma nova hegemonia política

sobre as duas maiores potências econômicas do ex-bloco ocidental, a Alemanha e o Japão, que financiaram uma boa percentagem dos gastos da guerra mas não aceitaram qualquer envolvimento direto nos combates. A superpotência norte-americana poderá se tornar, assim, uma espécie de "polícia do planeta", atuando em qualquer crise e em qualquer lugar para defender os interesses políticos e econômicos dos países do norte do mundo.

Logo após a rendição do Iraque, os Estados Unidos começaram a articular a formação de uma "força de segurança" no Oriente Médio, visando a "estabilidade" da região. O ambicioso objetivo, contudo, esbarra na falta de conhecimento da região que, apesar da derrota das



Apesar da supremacia militar, os EUA continuam enfrentando uma grave recessão e podem se tornar uma espécie de "polícia do planeta"



forças iraquianas, não perdeu a coesão árabe. Para manter sua posição de supremacia no Oriente Médio os americanos teriam de estacionar, definitivamente, bases militares no Kwait, nos Emirados Árabes Unidos ou em Omã, além da presença naval permanente em águas do Golfo. Os especialistas em política externa concordam que seria um erro manter tropas americanas na região e que a guerra deixou em segundo plano a questão palestina.

Fraqueza soviética? — A URSS foi apontada como uma das derrotadas da guerra do Golfo. Alguns analistas a vêem encurralada pela desintegração, pela crise econômica e pela revanche dos chamados "linhas duras", contrários à *perestroika*. Mas ainda tem muitas cartas a jogar no Oriente Médio e no mundo.

No pós-guerra, além de não perder força política, a URSS deve optar por levar questões como a dos territó-

Depois da guerra, a URSS ainda tem cartas a jogar. Os árabes buscam a coalizão e os europeus tentam dividir o bolo da reconstrução

rios ocupados para o âmbito da ONU. Geograficamente, a URSS está tão próxima da região que não pode ficar completamente fora do cenário.

Em busca do líder — A derrota das forças lideradas por Saddam Hussein não significa, em absoluto, a derrota do presidente iraquiano. Numa região marcada pelo poder imperial de reis e xeiques e em guerra intermitente desde o final da Segunda Guerra Mundial, será necessária a presença de um governo árabe que garanta a coalizão dos países fortes economicamente mas fracos politicamente.

Para o analista militar Geraldo Cavagnari, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, o fim da guerra e a destruição do poderio militar de Saddam Hussein poderá significar o início de um período de paz na região e até a criação de um Estado palestino, como resultado das negociações em que os países árabes, a exemplo do que já fez o Egito, reconheçam o direito à existência do Estado de Israel em fronteiras seguras.

Segundo Cavagnari, haverá um esforço das grandes potências e também de Israel em solucionar a questão palestina a partir do reconhecimento por parte dos árabes da existência do Estado judeu. Ele acha que a possibilidade de um clima de distensão na região, abrindo espaço para a via diplomática e não à solução militar, é uma decorrência natural do fato de Israel nada ter a temer mais no Oriente Médio. Ele ressalva, porém, que a guerra fortaleceu duas potências regionais — Síria e Irã —, "que hoje são interlocutores a serem considerados em qualquer projeto de estabilidade na região, junto com o Egito e a Arábia Saudita". Entre os países apontados como "perdedores" estão a Jordânia e o Kuwait.

Para Cavagnari, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) é uma das grandes derrotadas na guerra pelo seu alinhamento com o regime iraquiano. A consequência dessa derrota é que a OLP deixa de ser a única interlocutora dos palestinos. No entanto, o analista não acredita que o desgaste da liderança da OLP signifique o fortalecimento do fundamentalismo islâmico.

Sem unificação — A guerra também deixou estilhaços na chamada "unidade européia". Passado o confronto, cada país está agindo por seus interesses particulares, muito longe da unidade econômica e política dos doze países membros da CEE, que até pouco tempo aparecia como uma leoa endiabrada no picadeiro internacional.

No conflito do Golfo, os europeus não conseguiram estabelecer uma unidade na determinação de sua política externa, nem conseguiram influenciar as tentativas de negociação de paz que se repetiram ao longo dos meses. Terminada a guerra, os "doze" estão interessados em dividir o lucrativo bolo da reconstrução do Kuwait.

A "nova ordem mundial" acabou sepultada por uma chuva de bombas e de dólares, enquanto as condições de vida de três quartos da humanidade continuam piorando.

EUA acentuam influência na América Latina

O triunfo militar e político dos Estados Unidos na guerra do Golfo irá traduzir-se para a América Latina numa ulterior acentuação da presença e influência norte-americana no continente. Influência esta que, com o fim da guerra fria, não poderá mais ser disfarçada por razões de "segurança nacional" contra o "perigo vermelho" dos movimentos revolucionários dos anos 60 e 70. Hoje, como nos tempos da enunciação da chamada "doutrina Monroe", há quase dois séculos, simplesmente não se questiona o fato de que a América Latina pertença à área de controle geopolítico dos EUA. Pode-se notar, porém, alguns fatos novos.

América Central — Esta região sempre foi considerada pelos Estados Unidos como o próprio "quintal" e, por algum tempo, uma área politicamente estratégica. Nos anos 80, o então presidente Ronald Reagan comprometeu seu governo num longo e desgastante apoio político, econômico e militar aos governos direitistas e aos grupos de guerrilheiros anti-sandinistas, visando combater assim o perigo de uma "propagação" da revolução vitoriosa na *Nicarágua* por toda a região da América Central.

Com a derrota eleitoral dos sandinistas do ano passado e com o início das negociações de paz entre a guerrilha de esquerda e os governos de *El Salvador* e *Guatemala*, a política do novo presidente George Bush mudou. Hoje a América Central "não é mais uma questão importante", como declarou Elliot Abrams, responsável pela política para a América Latina, do Departamento de Estado de Washington.

Um problema vital para o futuro econômico dos Estados Unidos, o do controle do canal de *Panamá*, foi resolvido militarmente em dezembro de 1989 com a invasão do país, justificada como necessária para a opinião pública mundial para poder depor o narcotraficante general Noriega.

Enquanto isso, o *México* tornou-se de fato mais um estado da União norte-americana, graças aos acordos de cooperação econômica e da completa abertura da economia nacional assinados pelo presidente Carlos Salinas, que com descaradas fraudes acabou vencendo as eleições e derrotando seu concorrente, o candidato de esquerda Cardenas.

Área andina — Há um ano o presidente Bush assinou com os presidentes de *Colômbia*, *Peru* e *Bolívia* um acordo conjunto de combate ao narcotráfico. Até hoje a "cruzada" anti-droga do governo norte-americano praticamente não conseguiu resultado algum. Terminada a guerra do Golfo, porém, é certo que a luta ao narcotráfico irá se tornar mais uma vez uma prioridade dos Estados Unidos. Em tese, isto deverá



significar um aumento da pressão diplomática sobre os três países signatários do tratado e até mesmo o envio de tropas norte-americanas à região.

Cone Sul — Desde a posse do presidente Carlos Menem, a *Argentina* pode exibir o título de aliado mais confiável dos Estados Unidos no Cone Sul da América Latina. A Argentina foi, inclusive, o único país do continente a fazer parte da força multinacional aliada na guerra do Golfo. O *Brasil*, ao contrário, manteve uma posição de ostentada neutralidade em relação ao Iraque, o que desapontou muito o governo norte-americano. Não foi uma escolha "pacifista" do governo Collor e sim o resultado da pressão das forças armadas brasileiras, e das indústrias a estas ligadas, que sempre mantiveram ótimas e frutíferas relações políticas e econômicas com o governo de Bagdá. Por isso, é provável que no futuro próximo os EUA cobrem do Brasil algum preço político, enquanto a Argentina poderia obter alguma vantagem pela fidelidade até agora demonstrada.

Giancarlo Summa/CEDI



Imagens em conflito

É extremamente comum a observação de ser a Geografia uma disciplina que sofre intensa manipulação política e ideológica, justificando a feliz constatação do geógrafo Yves Lacoste pela qual "A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra". Esta frase, que também constitui título de publicação muito popular entre os estudantes de Geografia, ilustra como poucas a origem dos dramas atuais do Oriente Médio.

Também denominado de "Oriente Próximo" (numa perspectiva que valoriza a proximidade com a Europa), "Oriente Médio" foi o termo selecionado em 1902 para designar uma vasta área compreendida entre o Mar Mediterrâneo e a Índia, tendo como epicentro o Golfo Pérsico, que já no início do século despontava como uma região estratégica no atendimento das demandas crescentes de energia por parte dos países centrais. É portanto uma denominação de cunho geopolítico, incorporada ao vocabulário universal após o estabelecimento de estratégias, pelos estados-maiores do Ocidente, com vistas ao domínio de seus recursos naturais.

No interior desta superfície delimitada "geograficamente" pelos interesses coloniais, temos um espaço extremamente heterogêneo, habitado por diferentes povos e berço das três grandes religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo (ironicamente, o patriarca bíblico Abraão, referência primordial para estas três religiões, é tido como originário da cidade de "Ur dos Caldeus", cujas ruínas localizam-se muito próximas da área em que ocorreu a operação "Tempestade no Deserto").

Nesta "encruzilhada de três continentes" (Europa, Ásia e África), vários impérios e povos marcaram sua presença, drenando e cultivando os vales fluviais do "Fértil Crescente" (Rios Tigres, Eufrates e Nilo), alternados por desertos habitados imemorialmente por nômades e por cadeias montanhosas, nas quais se ergue o majestoso pico do Monte Ararat.

Os limites da região, deixando de lado algumas divergências, engloba atualmente os países da península arábica, o Egito, a Síria, o Líbano, Israel, Gaza e Cisjordânia, Jordânia, Iraque, Turquia, Irã e duas áreas da União Soviética: o Cáucaso e as Repúblicas da Ásia Central (também denominada de Turquestão).

Formando um autêntico mosaico de povos, reunidos pelos antropólogos basicamente em três grandes grupos e habitando a região mais explosiva do mundo, o Oriente

Autêntico mosaico de povos e região mais explosiva do mundo, o Oriente Médio tornou-se palco de discórdias e conflitos bélicos

Médio tornou-se palco de uma diversidade que terminou por ser traduzida, pelo colonialismo, como sinônimo de discórdia e de conflitos bélicos incessantes. Ao lado dos povos de fala turca (que reúne os otomanos da Anatólia, os azeris do Adzerbaidjão, os povos do Turquestão) e dos iranianos (entre os quais os persas são os mais conhecidos), temos dois povos semitas, árabes e judeus, cujo antagonismo, por muitos entendido como a chave para a paz ou para a guerra na região, não é o único a ser discutido para uma proposta global de Paz para a região.

Os judeus, para Salomon Reinach, a síntese de um povo (os hebreus) com uma religião (israelita ou mosaica), tem a sua origem histórica em um vasto e profundo movimento social que contestou tanto o poder dos impérios quanto da cidade-estado cananéia. Forjando a sua identidade neste contraponto, foi nas montanhas da Palestina que o povo judeu consolidou a sua visão de mundo, através do Pacto de Siquém, implicando na opção de um Deus, Javé, sinônimo de um projeto de vida que negava a opressão sofrida pelos primitivos hebreus (cf. Milton Schwantes, *História de Israel*). Assumindo a Palestina como a sua referência geográfica, este território passou a ser reivindicado como espaço nacional pelo movimento sionista (século XIX), cujo objetivo final era (e ainda é) o retorno do povo judeu para Canaã e o fim da dispersão (diáspora).

Os árabes, tradicionalmente identificados como um povo-irmão dos judeus, irromperam da península arábica no século VII. Animados pela pregação de Maomé e seus sucessores, conquistaram todo o Oriente Médio e criaram uma síntese vigorosa, a civilização islâmica, cujo eixo principal, a religião muçulmana, é normalmente confundida com o povo árabe (analogia incorreta pois existe uma importante minoria de árabes que seguem diferentes denominações do chamado cristianismo oriental). Os turcos e os iranianos, não árabes, constituem populações muçulmanas em sua quase totalidade). Reunindo o que havia de melhor de diferentes civilizações anteriores, ou contemporâneas ao seu processo de expansão, os árabes aglutinaram com harmonia a herança greco-bizantina com o legado do antigo Egito e da Mesopotâmia, incorporaram conhecimentos indianos e persas com elementos autenticamente árabes, criaram enfim um conjunto unido pela língua árabe e pela religião. Deixaram um registro de realizações magníficas, que mesmo destruídas pelos ataques das tribos turcas da Ásia Central, pelos mongóis (devastação de Bagdá em 1258), pelas cruzadas européias, pelo Império Otomano e pela Inglaterra e França no século XX, não foi extirpada da memória coletiva e pelo contrário, passa a respaldar o crescente nacionalismo árabe, que busca neste legado do passado uma das fontes de inspiração no enfrentamento da realidade colonial.

Para os judeus e os árabes, cuja contribuição para a constituição de que os livros de História denominam de "Civilização Ocidental" foi simplesmente fundamental,

o Ocidente reservou imagens estereotipadas, que fundamentam muitos dos conflitos existentes no Oriente Médio (judeus e árabes não constituem os únicos privilegiados por imagens negativas. Estratégias de dominação/domesticação impostas a diferentes grupos sociais, étnicos ou religiosos que contestam uma supremacia qualquer são correntes e sistemáticas. Basta avaliar estereótipos pelos quais indígenas e negros, também foram agraciados).

Para os judeus dispersos na Europa, foi criado o estereótipo do "Povo do Dinheiro", cujo culto estaria centralizado na "adoração do ouro". Muitas vezes caracterizado como "Povo Deicida", os judeus tornaram-se quase que a encarnação do mal absoluto, um ente diabolizado cuja única razão de ser estaria na corrupção do mundo (imagem posteriormente incorporada pelo nazismo alemão que, aliás, também inspirou-se neste bestiário medieval).

Quanto aos árabes, os elementos constitutivos do preconceito não foram menos cruéis. Entendidos como um grupo disposto a liquidar o Ocidente (também uma imagem medieval), onde conceitos como turba, fanatismo, cimitarras e minaretes aparecem confusamente misturados, formam um complexo "imaginário oriental". O árabe é confundido com o Islã, o turco com o semita, o iraniano com o muçulmano. Todos formando um conjunto tumultuado e potencialmente perigoso, sempre disposto a "auxiliar" para a derrocada dos "valores ocidentais e cristãos".

No entanto, estas imagens, sempre oportunisticamente resgatadas pelo ocidente do lodo cultural pelos seus temores mais inexplicáveis, ocultam processos históricos de dominação. Como assinala Abraham Leon, a inserção específica do judeu na Europa medieval explica-se pela necessidade do feudalismo de tolerar uma atividade, o comércio, que não poderia ser exercida por um membro de uma ordem feudal, que além de agrária, era igualmente cristã (não por acaso, éditos feudais proibiam o acesso à terra pelos judeus). O chamado "Povo-Classe" no Ocidente foi "integrado pela rejeição, engendrado como marginal e diferenciado para que não deixasse de existir" (Concepção Materialista da Questão Judaica). No caso dos árabes, o colonialismo, na busca da legitimação dos seus interesses econômicos concretos, elaborou uma imagem de "atraso milenar", de "civilização esgotada", que apenas poderia recorrer ao Ocidente na busca de sua salvação (como foi magistralmente observado por Edward W. Said, em "Orientalismo — o Oriente como Invenção do Ocidente" a elaboração de um imaginário para o "longínquo e misterioso" Oriente, possui íntima relação com um projeto de domesticação, pelo qual se objetiva impedir a articulação de um discurso próprio e original).

Tais estereótipos ganham dimensão crucial para o problema do Oriente Médio na medida em que, sem novamente excluir estratégias de dominação, foram inoculados e incorporados pelos dois atores consagrados do conflito médio-oriental: os judeus de Israel e os árabes palestinos. O fato tornou-se mais grave por ter transposto as fronteiras da região, largamente sustentado pela diáspora judaica e por um amplo espectro dos diferentes povos árabes. Assim, a política dos sucessivos governos de Israel passa a procurar a sua justificativa, na opressão dos palestinos, em uma imagem acima de tudo ocidental,

Palestinos e israelenses devem se reconhecer como entidades válidas, com o legítimo direito de auto-determinação para os dois povos

mesmo porque a política de sustentação destes governos era (e é) estreitamente vinculada aos interesses dos EUA. Não menos intensa foi a absorção dos estereótipos anti-semitas, que passaram a estar encarnados em um anti-sionismo vulgar e panfletário, um verdadeiro "anti-semitismo em outras roupagens", que em nada contribuiu para a causa da Paz. Fundamentadas na lógica do "dividir para reinar", a continuidade de imagens distorcidas e sua retroalimentação apenas favoreceu a continuidade dos conflitos, não escapando as duas leituras da lógica imperial. Coerentemente, os mais claros expoentes da direita palestina (Hadj Amin el Hussein) e sionista de direita (Wladimir Jabotinsky) obedeceram ao que havia de mais perverso nos manuais da burguesia européia. Jabotinsky, mentor intelectual de um modelo para o futuro estado judeu, baseado na Itália fascista, pregava a expulsão à bala da população palestina com a finalidade de criar um "baluarte contra a Ásia", associado aos trusts e monopólios. El Husseini, por sua vez, apoiou golpe de estado pró-eixo no Iraque (1941) e como preposto de Hitler, visitou Auschwitz e auxiliou na criação das Divisões SS muçulmanas na Iugoslávia, voltadas para o massacre da população civil e dos partisanos. Pregava que os judeus da Palestina deveriam ser "simplesmente atirados ao mar", raciocínio fascista que evidentemente os fascistas israelenses passaram a utilizar para justificar o seu próprio fascismo.

Entretanto, não faltaram esperanças para a democracia ou suportes históricos para a Paz entre israelenses e palestinos. Além da proximidade existente entre islamismo e judaísmo (muito maior do que a maioria dos árabes muçulmanos e dos judeus gostariam de admitir), o fato é que judeus e árabes conviveram durante séculos no Império Islâmico, em cujo território os judeus encontraram refúgio da perseguição anti-semita da Europa Medieval. Nunca houve conflito "milenar" entre os dois povos (um dos vários mitos sustentados pela mídia européia e americana) e quando muito, pode-se assinalar conflitos no século XX, por conta dos nacionalismos judeu e árabe.

Assim, contrariando os extremistas de ambos os lados, surgiram novos elementos nesta discussão. No que se refere a Israel, a ocupação de Gaza e Cisjordânia e a Guerra do Líbano, detonaram a articulação do mais forte movimento popular da História do moderno Israel: o Movimento Paz Agora. Chegando a reunir manifestações com 10% da população do país, o Paz Agora preconizava a instalação do Estado Palestino nos Territórios Ocupados e o reconhecimento da OLP como legítimo interlocutor dos palestinos. Do lado palestino, lentamente se consolidou, fortalecida por outro movimento popular, a "Intifada", uma política voltada para o reconhecimento do Esta-

Judeus e árabes conviveram por séculos no Império Islâmico. Nunca houve conflito milenar entre os dois povos, a não ser no século XX

do de Israel e a utilização da via diplomática na resolução dos conflitos.

Em Israel, apesar do forte movimento pacifista, não se produziu uma resposta à altura destas necessidades políticas. O Governo Shamir, respondendo com dureza às manipulações populares da Intifada, negando-se a negociar com a OLP e mantendo uma política de "anexação silenciosa" dos territórios, termina por abrir caminho para o surgimento de uma teocracia militante e agressiva, cujo objetivo é a transformação de Israel em uma cópia modelar de apartheid sul-africano.

Quanto aos palestinos, apesar do evidente esforço diplomático desenvolvido pela OLP, o equivocado apoio à anexação do Kuwait terminou por prejudicar um processo político que, juntamente com a "Intifada", havia granjeado à causa palestina o apoio das mais distintas forças políticas.

Neste sentido, o tempo demonstrou a correção do raciocínio dos pacifistas, que condenaram, como prejudiciais à resolução dos problemas do Oriente Médio, aventuras políticas como a ocupação do Kuwait. Ao lado da radicalização que ganhou espaço entre os israelenses (facilitando, por exemplo, a incorporação de radicais de direita no governo Shamir ao mesmo tempo em que este endureceu ainda mais as suas posições antipalestinas), o acirramento das contradições políticas determinaram, entre os palestinos, apoio à prática anexacionista iraquiana, que pouco ou nada tem em comum com as suas justas reivindicações. Desta forma, explorando com raro senso de oportunismo as contradições seculares da região, Saddam Hussein pode exercer uma curiosa *diplomacia da injustiça generalizada*. Repetindo Shamir, o líder iraquiano buscou a aceitação pela opinião pública internacional de uma política externa cuja base foi a convivência desta mesma opinião pública quanto à ocupação de Gaza e Cisjordânia. Contribuindo para complicar ainda mais o cenário político, a atitude da administração Bush, que apressadamente articulou uma ampla frente internacional anti-Iraque, manipulando um arquétipo anti-árabe e anti-muçulmano para a defesa de interesses econômicos onde

o que menos contou foi a defesa da "liberdade e da democracia". Ao lado desta solução de gosto duvidoso para a crise do Golfo Pérsico, a manutenção da praxe de administrações anteriores dos EUA em tolerar a ocupação israelense dos territórios, foi pelo mínimo irresponsável por sua parcialidade.

Tudo isto, porém, reafirma a necessidade de uma solução pacífica para o conflito palestino-israelense, dentro de uma perspectiva na qual uma nova "visão do outro" seja um claro pressuposto. Neste sentido, ambos, palestinos e israelenses, devem mutuamente reconhecerem-se como entidades historicamente válidas, com o legítimo direito de auto-determinação assegurado para os dois povos. Isto implica no abandono das fantasias nacionalistas que, ao permitirem a consolidação de mitos, respaldam sonhos de hegemonia e de opressão nacional. Da mesma forma que Israel é parte da realidade médio-oriental, o povo palestino, oprimido por décadas de repressão e ocupação contínuas, também deve passar a sê-lo, através da implantação de seu próprio Estado, livre e independente, instalado em Gaza e Cisjordânia.

A existência nacional de palestinos e judeus apenas terá sentido ou estará assegurada em sincronia com uma nova ordem regional, pela transformação de todo o Oriente Médio em uma área de paz. É preciso afastar o argumento ingênuo pelo qual o preço da segurança é a tutela das potências estrangeiras, que tem manipulado a causa palestina e transformado Israel em protetorado dos EUA. É necessário recuperar, através da diplomacia e do diálogo (e negando a geografia imperial) o papel tradicional do Oriente Médio enquanto uma área de síntese, de região que historicamente transmitiu para o resto do mundo novos valores e formas de cooperação. Para que esta transformação ocorra, a luta pela democratização das sociedades da região precisa ser acentuada, ao lado da articulação de uma nova ordem econômica, que elimine as graves distorções sócio-econômicas da região. Este horizonte, hoje longínquo, é no entanto aquele que aproxima os povos e derruba os falsos profetas de ambos os lados, tanto os que pretendem a restauração do Reino de Davi e Salomão, quanto os que se refugiam em uma visão de império islâmico carente de contemporaneidade.

Muito do que se passa e já passou no Oriente Médio é resultado das dificuldades dos dois povos conseguirem superar visões míticas "do outro". Não é suficiente denunciar a política senhorial que sempre semeou a discórdia ou (quando necessário) a guerra. É preciso recusar respostas que, mesmo possuindo coloração diferente do Ocidente, guardam com este uma relação de identidade. Apenas com a elaboração de um novo projeto democrático para o Oriente Médio pode ser possível que a região apresente-se junto ao Terceiro Mundo não apenas como contraponto, mas como um projeto alternativo viável. Árabes e judeus, histórica e culturalmente dois povos do Terceiro Mundo, têm, cada um a seu modo, a sua própria liberdade conjugada com a liberdade do outro. Entender este fato é parte da construção deste projeto. Que assim seja!

Os pacifistas condenaram aventuras políticas iguais à ocupação do Kuwait, como prejudiciais à resolução dos problemas do Oriente Médio

Maurício Waldman/CEDI

Informação, uma vítima da guerra

A guerra do Golfo tornou-se um marco na história do jornalismo. Nunca uma guerra havia sido acompanhada "ao vivo" por todas as televisões do mundo e nunca, depois da Segunda Guerra, um conflito teve tamanha cobertura da imprensa escrita. E nunca, ao mesmo tempo, os leitores e os telespectadores foram tão pouco informados a respeito do que *realmente* estava acontecendo lá no deserto. Principalmente, nunca a mídia do mundo inteiro aceitou tão passivamente transformar-se em simples porta-voz de uma das partes — a dos EUA e das forças aliadas — abdicando do próprio papel, o de checar as informações, procurar notícias e contar o que se apura, inclusive quando isso significa chocar-se com as pretensas *verdades* do Pentágono. Uma lição, esta, que a imprensa aprendera no Vietnã e esqueceu no Golfo. Nesta guerra, os mitos da credibilidade e da imparcialidade dos mídia acabaram sendo tão destruídos quanto as cidades iraquianas bombardeadas pelos B-52s norte-americanos. Vejamos porque.

O inimigo — Ninguém questiona que Saddam Hussein seja um ditador sanguinário e que a invasão do Kuwait haja violado o direito internacional. Estas duas evidências constituíram o leme da campanha de imprensa visando justificar a guerra. Com poucas exceções, porém, a mídia "esqueceu" de lembrar outros exemplos de violação de soberania — a invasão de Granada e a do Panamá, entre outros — bem como que o regime de Bagdá foi armado e sustentado até poucos meses antes pelos mesmos países que sucessivamente o combateram no Golfo. As temidas armas químicas iraquianas — fornecidas pela ex Alemanha ocidental — já haviam sido usadas contra a resistência curda sem que os EUA ou os países europeus dissessem uma só palavra.

Da mesma forma, a imprensa não duvidou por um minuto sequer das avaliações norte-americanas sobre o "enorme" poder bélico do Iraque, que posteriormente demonstraram-se erradas mas que foram utilizadas para justificar os demorados bombardeios aéreos, inclusive os sobre as cidades.

A guerra limpa — "Operações cirúrgicas", "bombardeios de precisão", "atingidos apenas objetivos militares": todas frases da propaganda militar das forças aliadas que se tornaram rapidamente *verdades* que a imprensa repetiu sem nenhuma verificação. Pena que as chamadas "bombas inteligentes" de alta precisão representaram apenas 7% das 88.500 toneladas de explosivo descarregado sobre o Iraque nos dez dias de combates, enquanto as bombas normais erraram o alvo em 75% dos casos (dado oficial do Pentágono). Isto significa que mais de 80 mil toneladas de bombas não caíram sobre objetivos militares e sim sobre a população civil ou, na melhor das hipóteses, no deserto vazio. Nunca saberemos exatamente quantas dezenas de milhares de civis iraquianos

morreram sob as bombas dos "libertadores" aliados. Mas para a imprensa a guerra foi "limpa", "cirúrgica".

As fontes de informação — As fontes foram as mesmas para a mídia do mundo inteiro, e isso contribuiu em parte a explicar a quase incrível homogeneidade que apresentaram todas as coberturas jornalísticas da guerra. Do fronte aliado, os repórteres só podiam transmitir o que o Pentágono deixava, e isso resumiu-se às entrevistas coletivas diárias, às informações, às imagens recolhidas pelo restrito grupo de jornalistas — o chamado *pool* — que periodicamente era autorizado a aproximar-se ao fronte dos combates. Do outro lado das linhas, as únicas notícias de Bagdá eram as transmitidas pelo repórter Peter Arnett, da rede televisiva norte-americana CNN. Arnett, que ficou na capital iraquiana até sob os bombardeios aliados, só podia fazer o que era autorizado. Quase nenhum jornalista, porém, tentou conseguir informações ou imagens "alternativas" às oficiais.

De um lado e do outro, as imagens e as reportagens tinham que passar pela censura militar antes de serem liberadas e transmitidas para fora. Por este motivo, circularam muito poucas fotos e tomadas televisivas mostrando soldados e civis mortos ou feridos. Os militares norte-americanos precisavam dos mídia para construir o consenso da opinião pública interna a respeito da guerra. Saddam Hussein observava convencer os iraquianos que a guerra podia ser ganha. Dois interesses opostos, uma única vítima: a liberdade e a veracidade da informação.

Os mídia da "nova ordem mundial" — Acabada a guerra, um porta-voz do Pentágono em Jerusalém elogiou "o trabalho e a liberdade" dos repórteres no Golfo. "A imprensa e os militares emergiram com muito mais credibilidade da guerra", disse. Do ponto de vista dos militares, nada a dizer: o controle que eles conseguiram exercer sobre os mídia foi mais uma batalha ganha. "O Pentágono está mais perto de atingir seu objetivo de controlar o noticiário, e isso dará mais força aos que acham que a melhor forma de lidar com os jornalistas é negar-lhes informação", analisa Ben Bradlee, o renomado diretor do *Washington Post*, um dos mais prestigiosos jornais norte-americanos. Perspectivas sombrias, e não apenas para os EUA: pelos mecanismos da indústria mundial da mídia, o que é produzido pela imprensa e a televisão daquele país torna-se notícia e impostação editorial em quase todo o planeta. A "aldeia global" das comunicações de massa poderia tornar-se controlada e sem liberdade quanto o mundo do 1984 imaginado por George Orwell. A "nova ordem mundial" encabeçada pelos EUA e os países do norte do mundo definitivamente não precisa de uma imprensa livre.

Giancarlo Summa/CEDI

Estados Unidos: os pés de barro do gigante

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos acumulavam quase a metade da riqueza global. Enquanto seus inimigos e aliados estavam com suas cidades e suas economias em grande parte destruídas pelo conflito, os EUA haviam se transformado na *plantation*, na "fábrica" e no "banco" do planeta.

Os norte-americanos produziam então um terço dos cereais, a metade do algodão, 55% do aço, 70% do petróleo, 50% da borracha sintética do mundo. Geravam 45% da energia mecânica e fabricavam 60% dos manufaturados. Usufruiam 45% do PIB global. 77% do ouro conhecido estava depositado em Fort Knox (dados do livro *A invasão da Grã-Bretanha* — McMillan — Harris).

A situação de monopólio econômico foi mudando gradativamente nas décadas seguintes. Inicialmente, em razão da reconstrução dos países devastados pela guerra. Posteriormente, porque os Estados Unidos, concentrando demasiado seus recursos tecnológicos no campo militar, terminaram sendo suplantados em distintos setores da produção econômica. Ironicamente, por países derrotados no último conflito mundial e que, pelos respectivos tratados de paz, estavam proibidos de desenvolver suas forças armadas: Japão e Alemanha.

Dados do *Council of Competitiveness* mostram que os Estados Unidos estão aplicando somente 12,5% do seu PIB na industrialização, enquanto os demais países do "Grupo dos Sete" investem 17,5%. O Japão — cujo PIB é inferior à metade do norte-americano — aplicou no ano passado US\$ 540 bilhões na ampliação, renovação e tecnificação da sua indústria; a dos Estados Unidos recebeu investimentos de somente US\$ 517 bilhões.

Apesar das maciças desvalorizações do dólar (49% e 46% em relação ao yen e ao marco, em 1986/87), a balança comercial dos EUA continua deficitária: 152,2; 118,5; 108,57; 103,7 bilhões de dólares em 1987/90, respectivamente.

Nem sequer a indústria automobilística, todo um símbolo da economia e do próprio *american way of life*, consegue enfrentar com êxito a concorrência externa: apesar da autolimitação que se impuseram, os japoneses já vendem cerca de um terço dos veículos negociados no States.

A informática era um campo onde os Estados Unidos



exerciam um monopólio quase absoluto. Segundo cálculos da Associação da Indústria de Semicondutores (dos EUA), até 1984, a indústria norte-americana produzia 80% dos computadores e Japão 10%. Dados atuais: Japão, 42%, EUA, 41%.

Situação equivalente verifica-se no campo financeiro. Segundo Nicholas Brady, o secretário do Tesouro, a participação dos bancos norte-americanos no mercado internacional caiu de 27,2% em 78, para 14,1% em 89. No mesmo período, os bancos estrangeiros ampliaram sua participação nos empréstimos comerciais e industriais feitos nos EUA de 21,4% para 28,5%. Dos "dez maiores do mundo" hoje, somente um (o Citicorp, colocado em sexto lugar) é norte-americano. Um é francês, os demais japoneses.

Até 1984, os Estados Unidos eram o maior credor do mundo. A partir de então a situação inverteu-se. Segundo dados da Associação Americana para Investimentos (AFII), nos anos 80, entraram nos Estados Unidos dois trilhões de dólares.

Somente em 1989, entraram no país 279 bilhões, duas vezes e meia a dívida externa do Brasil.

No mesmo período, o total de novos investimentos norte-americanos no exterior somou US\$ 358,6 bilhões. Ou seja, para cada dólar norte-americano aplicado no estrangeiro, durante os anos 80, seis dólares forâneos foram investidos nos Estados Unidos.

Essa avalanche de capital estrangeiro está provocando uma profunda desnacionalização da economia norte-americana. E um processo nacionalista tipicamente terceiro-mundista. Doug Walgren, presidente da Comissão de Ener-

Até 1984 os EUA eram o maior credor do mundo. A partir de então a situação inverteu-se. Em 1989 entraram no país US\$ 279 bilhões

gia e Comércio da Câmara dos Representantes, reage indignado: "Os cidadãos americanos têm o direito de saber quem está comprando o nosso país..." (ESP, 14/06/90).

Pela Lei Gramm — Rudman, o déficit do Orçamento da União neste exercício fiscal não poderia exceder a US\$ 64 bilhões. Está previsto para 250 bi, podendo chegar a 350. Continuará aumentando assim o endividamento do Tesouro, já autorizado pelo Congresso até a quantia de US\$ 3,4 trilhões, 75% do PIB. Analistas da política fiscal, como Lee Iacocca (presidente da Chrysler) calculam que a dívida estatal deverá chegar a 9 trilhões antes do ano 2000.

Até quando se manterá a disposição do sistema financeiro mundial seguir cobrindo os déficits (comercial e fiscal) dos Estados Unidos?

Uma pequena notícia, publicada na segunda quinzena de janeiro, poderia ser interpretada como um primeiro sintoma de inconformismo. O governo de Taiwan retirou US\$ 35 bilhões que tinha depositados nos Estados Unidos. E esclareceu os motivos: o sistema bancário norte-americano já não lhe inspira confiança.

Os resultados preliminares sobre o ano econômico 1990 parecem confirmar que a crise norte-americana se acelera gravemente: no 4º trimestre do ano verificou-se uma quebra do PIB de 2,1%. Em contrapartida, a economia japonesa continua se desenvolvendo em ritmo acelerado: 5,8% no ano que passou.

O nível de vida dos setores marginalizados da sociedade norte-americana se deteriora cada vez mais: o recen-

Os EUA gastam US\$ 300 bilhões anualmente para as forças armadas. O nível de vida do país baixou ao 19º lugar no ranking da ONU

te estudo sobre Desenvolvimento Humano das Nações Unidas coloca os EUA em 19º lugar.

A mais fabulosa máquina de guerra da história — No pós-guerra, as forças armadas dos EUA e da URSS desenvolveram máquinas bélicas que excederam de longe quaisquer fantasias da ciência-ficção.

Declaradamente em defesa da democracia e do socialismo, respectivamente, porém, inquestionavelmente com o propósito de manter as conquistas estratégicas e geopolíticas das duas megapotências.

Com a decomposição da economia soviética, com a perestroika, com a adesão de Gorbachev aos princípios da economia de mercado, o antagonismo Washington x Moscou foi desaparecendo nos últimos anos. À medida em que melhoravam cada vez mais as relações entre as duas superpotências, ficava mais absurdo manter as fabulosas máquinas de guerra.

Como na URSS a crise econômica é muitíssimo mais

Reconstrução será um bom negócio

A guerra no Golfo Pérsico foi um bom negócio. Pelo menos para os Estados Unidos e países europeus aliados, que disputam agora o mercado de reconstrução do Kuwait. O reaparelhamento do país, rico em petróleo, poderá custar até US\$ 600 bilhões, num prazo superior a cinco anos. Os americanos devem ficar com 70 % do bolo.

O número de contratos concedidos a companhias norte-americanas provocou a queixa de que essa preferência em favor dos Estados Unidos seria uma forma de pagamento por seu esforço militar. Até agora, o maior vencedor parece ser o grupo americano Bechtel, que entrou em entendimentos com a estatal de petróleo do emirado para reconstruir as instalações petrolíferas danificadas. Os países que formam a coalizão anti-Iraque acusam as tropas iraquianas de terem destruído deliberadamente os poços de petróleo kuwaitianos.

Entre as grandes companhias que lucrarão com a reconstrução do país estão: General Motors, Ford e AT&T. Até agora o emirado kuwaitiano fechou contratos de ordem de US\$ 1 bilhão com empresas estrangeiras. As prioridades são restauração do abastecimento de água e de sistemas de energia e esgoto. Além dos Estados Unidos, participarão do mega-projeto os países

europeus (em especial Inglaterra e França), Arábia Saudita e Egito. Por causa de sua neutralidade na guerra, o Japão ficará de fora do empreendimento, apesar de ser tradicional investidor no Oriente Médio.

Se a iniciativa privada norte-americana ganhou com a guerra, reerguendo-se em meio a uma grave crise econômica interna, a população arcará com os custos do conflito. Segundo o diretor do Escritório de Orçamento do Congresso, Robert Reischauer, os aliados se comprometeram a fornecer US\$ 53,5 bilhões para pagar a conta da paz, mas apenas US\$ 14,9 bilhões tinham sido recebidos. Com o fim dos combates, os Estados Unidos têm a disposição de manter navios e tropas terrestres na área, onerando ainda mais os gastos com a paz.

"Nós nos concentramos tanto na guerra que não demos suficiente atenção aos custos do pós-guerra", disse o presidente da Comissão de Orçamento da Câmara, Leon Panetta. O presidente norte-americano George Bush já pediu ao Congresso US\$ 15 bilhões em dinheiro dos contribuintes e autorização para usar todas as contribuições dos aliados. De 1º de outubro até 31 de março, o governo norte-americano estima ter gasto US\$ 40 bilhões, sem incluir os custos da luta em terra.

A guerra no deserto apresentou outra característica revolucionária:

não foi financiada por seu principal protagonista e sim por seus aliados

grave, a decomposição do esquema castrense é mais acentuada. Vemos os soldados russos na Alemanha vendendo uniformes e armas aos turistas.

E Gorbachev negociando (depois de muita pechincha, por US\$ 7 bilhões) a retirada de suas tropas do território germânico. E vemos, também, como os militares russos, nos países bálticos, parecem dispostos a manter, pela força das armas, o império (cujas contradições étnicas 70 anos de "socialismo" não foram capazes de resolver). O que ocorre na URSS nos traz à lembrança a experiência das legiões romanas que, tornadas ociosas depois de uma campanha, voltavam à Roma e usurpavam o poder político.

Nos Estados Unidos obviamente a crise está longe de atingir essa magnitude. Existe porém um problema difícil para resolver: como desmontar esse "governo dentro do governo" que é o "complexo industrial-militar" (a associação entre os monopólios produtores de material bélico e os militares do Pentágono)? Como seguir gastando US\$ 300 bilhões ao ano (dinheiro emprestado ao exterior), para manter um exército ocioso?

Para justificar essa loucura é necessário que exista um "inimigo", que efetivamente "ponha em risco" a essência do modo de vida norte-americano. Durante os últimos 45 anos, o comunismo foi o "bicho-papão".

Hoje, o melhor negócio dos monopólios é fazer investimentos nos países "socialistas".

Nos últimos anos, verificou-se o intento de criar outros "inimigos". Como vemos nos documentos de Santa Fé, da última conferência dos Comandantes em Chefe dos Exércitos americanos e da Escola Superior de Guerra, os perigos para o Sistema surgiriam agora do narcotráfico, da Teologia da Libertação, da ecologia etc., podendo dar origem a "conflitos de baixa intensidade". Sob o pretexto de combate ao narcó, tropas norte-americanas estão na Colômbia, no Peru e na Bolívia e ocuparam o Panamá.

É evidente porém que os "conflitos de baixa intensidade" não resolverão os problemas de ociosidade do Pentágono. É necessário algo muito grande, espetacular, que sirva de base para equacionar uma nova estratégia global. A invasão do Kuwait pelo Iraque proporcionou a Bush a oportunidade ansiosamente esperada.

Em seu discurso anual perante o Congresso, Bush, um tom racista e triunfalista assumiu a liderança sobre o mundo: "Sabemos por que estamos lá. Somos americanos, parte de algo maior do que nós mesmos. Durante dois séculos realizamos um árduo trabalho em prol da liberdade. Hoje lideramos o mundo ao enfrentarmos a ameaça à decência e à humanidade". E como desafiando alguma contestação, ele acentua que "entre as nações

do mundo, somente os EUA têm tido não só a postura moral como os meios" para ações desse tipo.

As palavras de Bush nos trazem à recordação um outro discurso histórico: "Deus não passou mil anos preparando os povos teutônicos e de língua inglesa só para vãs e ociosas autocontemplação e auto-admiração. Não! Ele nos fez mestres organizadores do mundo para que estabeleçamos a Ordem onde reina o caos. Deu-nos o espírito do progresso para que derroteamos as forças da reação em toda a terra. Fez-nos competentes no governo para que possamos governar entre povos selvagens e senis. Não houvesse uma força como esta, o mundo reincidiria na barbárie e nas trevas. E de toda nossa raça, Ele assinalou o povo americano como Sua Nação, escolhida para finalmente conduzir à regeneração do mundo" (senador Albert Beveridge).

A "Tempestade no Deserto" constituiu o ensaio geral da aplicação da nova estratégia global dos Estados Unidos pós-perestroika. Com um preço mínimo de vidas humanas (ocidentais, as que importam...), utilizando sua fantástica superioridade tecnológica, o Pentágono demonstrou que está absolutamente apto a cumprir qualquer tipo de missão punitiva, em qualquer região do planeta onde os interesses do Sistema estejam real ou aparentemente ameaçados.

A guerra no deserto apresentou outra característica revolucionária: não foi financiada por seu principal protagonista e sim por seus aliados. Em seu excelente livro *Ascensão e queda das grandes potências*, Paul Kennedy mostra que nos últimos cinco séculos a derrocada dos grandes impérios começou pelo colapso de suas economias (geralmente sufocadas pelos gastos militares). E que a hegemonia militar se mantinha por um período adicional.

É inquestionavelmente o que acontece nos Estados Unidos. Verifica-se inclusive uma coincidência entre o total de capitais estrangeiros que entram anualmente no país, o déficit do Tesouro e os gastos do Pentágono (cerca de US\$ 300 bilhões).

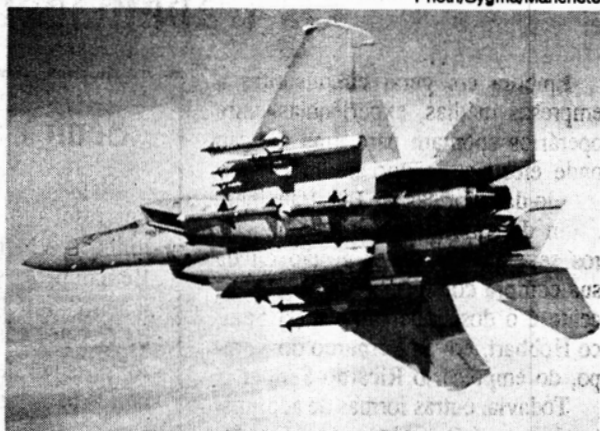
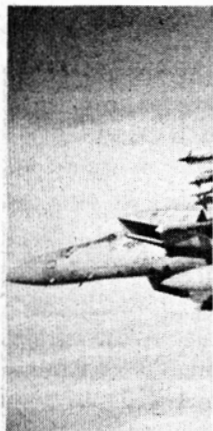
Segundo balanço feito pelo Departamento de Defesa (*Folha de S. Paulo*, 04/02/91), as despesas desde agosto até aquela data somavam US\$ 47,5 bilhões. As contribuições do Japão, Alemanha, Arábia Saudita e Kuwait alcançaram US\$ 52 bilhões.

Uma trágica conclusão:

A operação "Tempestade no Deserto" constitui uma advertência a todo o Terceiro Mundo: qualquer rebeldia, qualquer tentativa de libertação efetiva, ou exigência de uma nova ordem econômica mundial poderá ser duramente castigada. Se no futuro os responsáveis pela estabilidade da economia mundial decidirem que as riquezas da Amazônia ou da Antártida sejam necessárias para resolver a crise — "em benefício da Humanidade" —, o Pentágono poderá ser novamente acionado e o mundo assistirá alguma "Operação Pororoca" ou "Pinguim".

Resta, porém, a convicção de que, como nos mostra Paul Kennedy, dezenas de outras grandes potências planejaram igualmente "impérios de mil anos" e terminaram dando com os burros n'água.

Paulo R. Schilling



A indústria da guerra

“A causa imediata da Terceira Guerra Mundial é a sua preparação.” (C. Wright Mills — 1958)

Ao longo dos oito anos de governo Reagan, os Estados Unidos conseguiram, literalmente, “quebrar” a União Soviética através da corrida armamentista. Os norte-americanos investiram pesadamente em sofisticação tecnológica no desenvolvimento de novos armamentos, tornando impossível para o *establishment* militar soviético acompanhar tal escalada ao mesmo tempo em que o sistema soviético, como um todo, apresentava vários sinais de esgotamento, deslocando a questão da sobrevivência do regime para seus problemas internos.

Isto fez com que a URSS abdicasse da condição de única potência militar capaz de polarizar com o poderio americano, colocando um fim na bipolaridade mundial que se prolongava desde o pós-segunda guerra. Do ponto de vista geopolítico e da disputa capitalismo *versus* socialismo, a estratégia de Reagan obteve importante vitória. Do ponto de vista econômico, a manutenção de um orçamento militar — cuja média anual é de aproximadamente 300 bilhões de dólares — elevou brutalmente o déficit público norte-americano e contribuiu significativamente para a configuração da crise atual.

Por outro lado, países que, nas últimas décadas, praticamente nada investiram em armamentos, casos da Alemanha e do Japão, obtiveram os maiores índices de desenvolvimento econômico e tecnológico mundiais, transformando-se nos principais concorrentes da economia

norte-americana. Uma potência em crise, porque gastou demasiadamente com armamentos para defender a “economia de mercado”, foi suplantada por outras economias, ou seja, justamente aquelas que não gastaram com armamentos porque eram protegidas por quem gastou, sugere uma boa reflexão.

O fato é que hoje, os Estados Unidos são uma potência econômica decadente que, sem o fantasma do comunismo internacional e do poderio militar soviético, não encontra mais justificativas, internas e externas, tanto para manter seu enorme complexo industrial-militar e os fabulosos gastos com a defesa, quanto para sustentar a posição de principal potência mundial e continuar liderando o mundo ocidental.

Assim, e de acordo com a racionalidade do poder, restariam duas opções aos dirigentes norte-americanos: a primeira seria, mesmo que temporariamente, continuar investindo na distensão mundial, reconhecendo que a base de sustentação de sua condição de potência se resume ao campo militar, voltando-se para seus problemas internos, principalmente para o enfrentamento de sua crise econômica e sucateamento industrial tendo, inclusive, que restringir os gastos militares e repensar o polêmico papel de sua indústria bélica no conjunto da economia do país.

A segunda opção seria exatamente o contrário, ou seja, utilizar-se de seu poderoso complexo industrial-militar — que é justamente aquilo que diferencia os Estados Unidos do resto do mundo — para reafirmar a sua condição de potência, neste caso, de única superpotência mundial, e desfrutar das consequências favoráveis que esta posição de força pode oferecer, principalmente para tentar sua recuperação econômica.

Hoje os Estados Unidos são uma potência econômica decadente que não encontra justificativas para manter seu complexo militar

A opção de Bush — Num primeiro momento, a opção do governo Bush pareceu ser a primeira, ao encarregar seu amigo íntimo, James Baker, na condição de secretário de Estado, para investir numa “política mais realista e modesta do futuro americano. Desde o início, Baker tornou-se o principal defensor da cooperação com os soviéticos no atual governo, desempenhando um pa-

Abbas/Magnum/Manchete



A guerra no Golfo Pérsico serviu para mostrar que existe uma única superpotência mundial, com enorme e sofisticado poder de destruição

pel crucial no parto da unificação alemã e arquitetando a noção de "entendimento global" que sustentou o encontro de cúpula econômica em sua cidade natal, Houston, em julho passado. Foi seu ponto alto." (*Jornal do Brasil*, 10/02/91, p. 17)

Com o pretexto "Saddam Hussein", e da forma como os Estados Unidos se comportaram desde o início da crise no Golfo Pérsico, parece que a primeira opção apenas revelava a falta de um simples motivo para que a fúria do lobby militarista pudesse impor a sua estratégia num governo que, afinal de contas, havia sido eleito com maciço apoio do complexo industrial-militar. Não se pode esquecer que, além do vultoso orçamento, "o establishment militar norte-americano emprega 3,1 milhões de pessoas, dois terços delas envolvidas na arte de fazer guerras." (*Jornal do Brasil*, 10/02/91, p. 17)

Além disso, com o início da crise do Golfo, a presença do secretário de Estado, James Baker, foi ofuscada pelo da Defesa, Dick Cheney, ardoroso defensor do com-

plexo industrial-militar que, durante os seus 13 anos de vida parlamentar, "se orgulha de nunca ter votado contra nenhum projeto de armas. Junto com seu mais direto assessor, o general Colin Powell, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, advogam o emprego, sem restrições, se houver necessidade, de todo o poder de fogo estocado no arsenal militar americano." (*Jornal do Brasil*, 10/02/91, p. 17)

Novo fôlego para a indústria bélica — Nota-se que a presença do complexo industrial-militar norte-americano vai norteando uma série de questões em jogo nas atitudes dos Estados Unidos no conflito do Golfo. No entanto, até agora, apenas o lado anti-Iraque pôde ser visto, o que não significa que do outro lado a presença da questão industrial-militar seja menos importante, como por exemplo, o que permitiu ao Iraque se projetar como potência média com pretensões de hegemonia no Oriente Médio.

Segundo dados do Sipri (Stockholm International Peace Research Institute) entre 1973 e 1990, 23 países venderam todos os tipos de armamentos para o Iraque (inclusive o Brasil), dos quais, nada menos do que 15, estavam na coalizão contra ele. "Se quiserem ver quem fez do Iraque a quarta máquina militar do mundo, os Estados Unidos e seus aliados devem mirar-se no espelho. Entre 1985 e 1990, o Departamento de Comércio aprovou exportações americanas para o Iraque de 1,5 bilhões de dólares, incluindo produtos de alta tecnologia e outros equipamentos de potencial uso militar, alguns deles embarcados diretamente para o Ministério da Defesa, a Comissão de Energia Atômica e Força Aérea iraquianas." (*Jornal do Brasil*, 17/02/91, p. 18)

O interesse em armar o Iraque sempre cumpriu dois objetivos. Em primeiro lugar a necessidade, pura e simples, que tem a indústria bélica de exportar armamentos para se viabilizar economicamente, já que, apenas as encomendas das Forças Armadas de seu país de origem não são suficientes para financiá-la, daí o grande comércio mundial de armas. Em segundo lugar devido à disputa imperialista que sempre investiu na divisão da região, onde se concentra a maior reserva de petróleo do planeta, sendo que cada potência ou aliança militar arma e treina o seu aliado local.

No final das contas, a guerra no Golfo Pérsico serviu, antes de mais nada, para demonstrar que existe uma única superpotência mundial, que um enorme e sofisticado poder de destruição assegura esta condição e que o complexo industrial-militar continua suficientemente poderoso para se autogarantir enquanto critério para a designação de potência, a realização de uma guerra e, também, para a tomada de decisão em se ir ou não a uma guerra.

Neste sentido, não há como fugir da lógica, ainda que perversa, da autogeração do complexo industrial-militar, e de suas várias formas de exercer pressão para a manutenção de seus interesses, que muitas vezes se confundem com os das Forças Armadas, que se confundem com os do Estado, que se confundem com os da Nação. É preciso rever tudo isso.

Maurício Brinzi Pereira

Guerra trouxe desastre ecológico

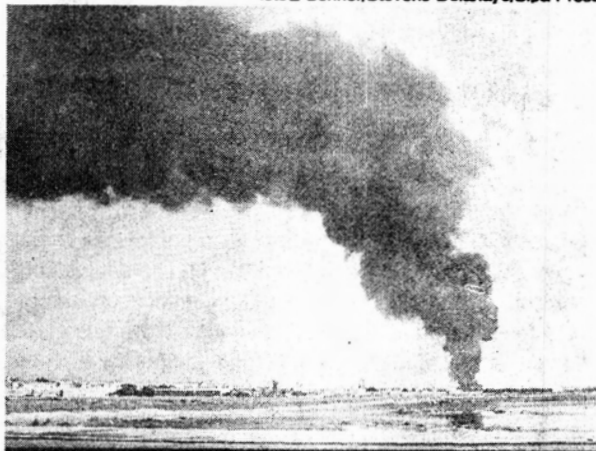
Avaliar os danos ecológicos decorrentes da Guerra do Golfo é tarefa das mais difíceis, tanto do ponto de vista técnico quanto da própria perspectiva histórica (é obrigatório, por exemplo, assinalar que a paisagem do Oriente Médio já foi profundamente remodelada por uma sucessão milenar de intervenções humanas, pelo que o arranjo "natural" hoje existente resulta em uma espacialidade inteiramente diferente da que existia no passado). Isto não impede, pelo contrário, reforça a necessidade de uma avaliação profunda dos impactos ambientais provocados pela Guerra do Golfo, não apenas no tocante ao meio ambiente propriamente dito, mas igualmente para as bandeiras históricas do movimento ambientalista, como a luta pela paz e fraternidade entre os povos. A atuação de bombardeios maciços contra o território iraquiano e do Kuwait, a utilização dos derramamentos de petróleo e queima de poços como tática de guerra, as profundas perdas materiais para os países envolvidos diretamente no conflito e as baixas civis provocadas pela guerra constituem alguns dos dados do conflito. Com maior detalhamento, este panorama ganha maior dramaticidade.

Tomando por base material proveniente de diversas organizações não governamentais, informações de organizações ecológicas, dados da grande imprensa e uma recente avaliação realizada pela Upan — União Protetora do Ambiente Natural (RS) — o cenário dos distúrbios ambientais aponta para o seguinte conjunto de problemas:

1) **Danos atmosféricos:** como resultado da queima de poços e instalações petrolíferas, formou-se uma vasta nuvem negra, fuligem e CO₂ (dióxido de carbono) que tem se espalhado por uma enorme superfície da região do Golfo e países vizinhos. Já foram registradas "chuvas negras" no Kuwait, Iraque, Irã e Turquia, sendo prevista uma expansão do fenômeno para países ainda mais distantes. Além da contaminação do solo, da água, da terra e dos seres vivos, a nuvem negra, ao ocultar a luz do sol, poderá provocar a queda da produção agrícola em um continente (a Ásia) que já vem sendo duramente castigado pela miséria e pela fome. Ainda que a possibilidade de acentuação ao chamado "efeito estufa" não esteja claramente apontada, ela não pode ser descartada. Quanto à estratosfera (camada superior da atmosfera, acima de 12 mil metros), alguns técnicos prevêem o surgimento de novos buracos na camada de ozônio, por conta do não cessamento da poluição dos incêndios. Estes novos buracos, similares ao já constatados na Antártida, possuem o agravante de estarem situados na região do Equador, justamente onde a radiação ultravioleta mais intensa é a dinâmica das massas de ar da região poderá complicar profundamente este quadro catastrófico caso as previsões se confirmem.

2) **Solo:** em especial no Iraque, as 100 mil missões de bombardeio da "força multinacional" geraram conta-

IstoÉ Senhor/Stevens Delahaya/Sipa Press



O Iraque põe fogo em refinarias no Kuwait

Como resultado da queima de poços e instalações petrolíferas, formou-se vasta nuvem negra que tem se espalhado pelo Golfo e países vizinhos

minação do solo e comprometimento da atividade agrícola em um primeiro momento. No segundo momento, a lavagem dos resíduos pela chuva ou a ação dos ventos determinará a contaminação da rede hídrica e das águas marinhas, ameaçando a pesca (fonte importante de proteínas para a população do Golfo).

3) **Águas do Golfo:** derramamentos de petróleo — 11 milhões de barris contabilizados até 20 de janeiro — provocaram impacto ambiental direto em áreas de manguesais, rico viveiro de diversas espécies de animais (algumas das quais endêmicas da região). A contaminação do mar torna-se mais grave pelas características naturais do Golfo, um vasto trecho do Oceano Índico quase que totalmente cercado pelo continente e cuja profundidade média é pequena em relação a outras grandes massas líquidas, dificultando um processo de renovação das águas. As minas constituem outro problema grave (tanto as re-

A contaminação do mar tornou-se mais graves pelas características naturais do Golfo, quase que totalmente cercado pelo continente

A guerra afetou diversos tesouros arqueológicos da região.

Provavelmente foram destruídos diversos sítios não pesquisados

cém-colocadas pelo Iraque quanto as do conflito anterior com o Irã), sendo ainda incerto o grau de comprometimento da capacidade das usinas de dessalinização.

4) *Ecosistemas*: foram afetados vários ecossistemas, entre eles o próprio deserto, que ao contrário do que prega a imaginação popular constitui abrigo de um grande número de espécies particularmente adaptadas às condições climáticas específicas deste meio ambiente. Áreas de estepe-deserto, os bosques de coníferas das regiões de montanha e o complexo de pântanos da baixa mesopotâmia (como os entornos dos lagos Hammar e Sanya) também foram afetados.

5) *Impactos na herança cultural da humanidade*: ainda não totalmente avaliados, é possível no entanto afir-

mar que a guerra afetou diversos tesouros arqueológicos da região, toda ela quase um imenso museu. Provavelmente foram destruídos diversos sítios não pesquisados, em especial os chamados "tells", colinas de formato peculiar resultante do acúmulo gerado pela ocupação do mesmo sítio por várias gerações ao lado dos impactos propriamente bélicos, deve ser contabilizados diversos saques, como os encaminhados pelo exército iraquiano no Kuwait.

6) *Refugiados ambientais*: como resultados da política bélica iraquiana (para a qual a natureza foi um refém) e de uma doutrina já testada no Vietnã, na qual o exército americano comprovadamente não leva em conta a questão ambiental, a destruição ou contaminação dos recursos naturais, tem como subproduto final a geração de "refugiados ambientais", populações que migram pela inviabilização da reprodução física e cultural do modus vivendi anterior ao conflito.

7) *Impactos geopolíticos*: a hegemonia dos Estados Unidos, obtida através de uma guerra que lhe proporcionou pouquíssimas baixas (em especial se lembrarmos que o exército iraquiano era um dos mais bem armados do mundo) e que teve o seu ponto alto na alta tecnologia e seu pretenso caráter hegemônico favorece o surgimento de um clima que, se não é favorável às guerras pelo mínimo arrefece o repúdio da opinião pública para soluções de força. Para muitos, pode estar se iniciando a era dos "conflitos terapêuticos" e de "alta eficiência", provocando o surgimento de uma nova corrida armamentista, neste caso, tendo por referência a fantástica exibição proporcionada por esta guerra quanto aos novos armamentos informatizados e impessoais.

A vitória dos Estados Unidos é também o triunfo de uma concepção de civilização que tem no baixo custo do petróleo um paradigma inquestionável. Também triunfante, o complexo industrial-militar dos Estados Unidos pode abandonar as inquietações originadas pelo fim da guerra fria e manter-se assim como uma das forças mais influentes na pregação da guerra. O exercício do poder pelos Estados Unidos, em especial frente à uma União Soviética, que abdicou do papel de superpotência, passa a ter claro objetivo em manter a subordinação de um Terceiro Mundo que não conseguir esboçar um projeto político claro e exequível frente à arrogância imperial do Ocidente.

Apesar das esperanças proporcionadas para os que ingenuamente acreditaram que o fim da "era bipolar" (partilha do mundo a União Soviética e o Bloco Ocidental) iniciaria uma nova era de paz, é possível pensar no surgimento de novos conflitos ou minimamente, na perpetuação da injustiça social para amplos segmentos dos pobres do Terceiro Mundo. Mais do que nunca é necessário repensar global e ecumenicamente o mundo. Mais do que nunca, o movimento ecológico e seus pressupostos de justiça social, fraternidade e respeito ao meio ambiente, transparecem como verdades e valores inquestionáveis no repensar do mundo para milhões de homens e mulheres que aspiram por uma vida melhor e mais harmoniosa.

Maurício Waldman/CEDI

A destruição ou contaminação dos recursos naturais da região tem como subproduto final a geração de 'refugiados ambientais'

Aconteceu

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129 - 22211 - Rio de Janeiro - RJ

Fone: (021) 242-6713 - Fax: (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP

Fone: (011) 825-5544 - Fax: (011) 825-7861

Editor: Giancarlo Summa

Jornalista responsável: Bernardete Toneto
MTb 14.350

Editor de arte: Flávio Irala

Diagramação: Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação: Alfredo Coelho

Ilustrações: Alvaro Ferreira

Suplemento especial do nº 562

1991

Pesquisa, redação e edição: Maurício Waldman,
Maurício Broinzi, Paulo R. Schilling, Giancarlo Summa